PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM - MG

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE TARUMIRIM

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PCMS)

PRODUTO 02/08

Prefeitura Municipal de Tarumirim
CBH - Caratinga
IBIO AGB DOCE

Tarumirim - MG
Junho de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM - MG

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE TARUMIRIM

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PCMS)

PRODUTO 02/08

Prefeitura Municipal de Tarumirim
CBH - Caratinga
IBIO AGB DOCE

Tarumirim - MG
Junho de 2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TARUMIRIM

CNPJ: 18.338.855-0001/92

Rua Plautino Soares, 100 – Centro - CEP: 35.140-000

Tarumirim – MG

Tel.: (33) 3233-1345

Gestão 2013-2016

Dalva Maria de Oliveira

Prefeita Municipal

E-mail: administracao@tarumirim.mg.gov.br

Instituto BioAtlântica – IBIO – AGB Doce

Endereço: Rua Afonso Pena, 2590 - Centro

Governador Valadares - MG

CEP: 35010-000 Telefone: +55 (33) 3212-4357 / 3277-9845

Endereço eletrônico: www.ibioagbdoce.org.br

Equipe:

Coordenação Técnica - IBIO – AGB Doce

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral

Fabiano Henrique da Silva Alves
Coordenador de Programas e Projetos

Edson de Oliveira Azevedo
Diretor Técnico

Analista de Programas e Projetos

Comitês de Bacia Hidrográfica

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce)

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (CBH-Caratinga)

CONSULTORIA CONTRATADA

Fundação Educacional de Caratinga

CNJP: 19.325.547/0001-95

AV. Moacyr de Mattos, 89, Centro.

Tel.: (33) 3322-7900 – CEP 35300- 000 – Caratinga/MG

Home: www.unec.edu.br E-mail: pmsb.coordenacao@gmail.com

Equipe Chave:

Maria das Dores Saraiva Loreto
Economista - Coordenadora Geral
CRED 217/3ª Região

Marco Aurélio Ludolf Gomes
Engenheiro Civil responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário
CREA MG 6.118/D

Alessandro Saraiva Loreto
Engenheiro Civil responsável pela coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos
CREA MG 85.676/D

Cleusa Maria de Oliveira
Assistente Social
CREES 12.169

Fabiana Leite da Silva Loreto
Licenciada em Geografia especialista em Geoprocessamento

Joaquim Felício Júnior
Administrador especialista na área de Economia
CRA 17.737/D

Florentino Maria Costa
Engenheiro Civil responsável pela drenagem e manejo das águas pluviais
CREA MG 18.818/D

Pedro Carlos Santos Júnior
Advogado
OAB 75.119

Equipe Técnica Complementar:

Leopoldo Concepción Loreto Charmelo
Coordenador Complementar - Engenheiro Agrônomo - Mestre em Engenharia Agrícola e Doutor em Solos e Nutrição de Plantas.
CREA MG 67.785/D

Anderson Donizete Meira
Técnico Complementar em Geoprocessamento - Engenheiro Civil - Mestre em Geotecnia Ambiental
CREA MG 63.474/D

Ennio Lucca Souza Oliveira
Bacharel em Direito
Especialista em Direito Público

Alex Cardoso Pereira
Engenheiro Ambiental e Sanitarista - Especialista em Perícia Ambiental.
CREA MG 168.758/D

Vinicius Gonçalves Pedrosa
Engenheiro Ambiental e Sanitarista - Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho.
CREA MG 168.221/D

Adriano Ferreira Batista
Engenheiro Civil
Especialista em Gestão de Projetos
CREA MG 187.973/D

Alfredo Henrique Costa de Paula
Engenheiro Ambiental e Sanitarista
CREA MG 188.759

Bruno Augusto de Rezende
Engenheiro Ambiental e Sanitarista
CREA MG 188.052

Diogo de Souza Alves
Engenheiro Agrônomo
CREA 158.036/D

Rodrigo Batalha Carvalho
Engenheiro Ambiental e Sanitarista
CREA MG 187.624

Marcos Alves de Magalhães
Técnico Complementar em Resíduos Sólidos - Engenheiro Agrônomo - Mestre em Engenharia Agrícola na área de concentração em resíduos e Doutor em Engenharia Agrícola na área de concentração de recursos hídricos.
CREA BA 18.210/D

Maria do Socorro M. N. de Loreto
Administradora / Contadora
CRA 39418/D / CRC 99676/O

Kleber Ramon Rodrigues
Técnico Complementar em Tecnologia da Informação / Drenagem e Manejo de Águas Pluviais – Geógrafo – Mestre em Manejo de Bacias Hidrográficas – Doutor em Solos e Nutrição de Plantas
CREA MG 67 596/D

Thays Rodrigues da Costa
Engenheira Ambiental e Sanitarista
CREA MG 187.452

Gabriel Freitas Lima
Engenheiro Ambiental e Sanitarista
CREA MG 187.766

Ramon Tavares de Oliveira
Engenheiro Ambiental e Sanitarista
CREA MG 187780

Eber Proti
Engenheiro Civil
CREA MG 186.995

Breno Morais Mendes
Engenheiro Civil
CREA MG 160.288

Jair Sebastião de Paula
Engenheiro Civil
CREA MG 187.615

Nathália M. Moreira Guimarães
Engenheira Civil
CREA MG 186.999

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PCMS 9
3. OBJETIVOS GERAIS 12
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 13
5. METODOLOGIA PARA O PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL 15
5.1 Atores Sociais e Público Alvo 16
5.1.1 Atores Sociais 16
5.1.1.1 Formação dos Comitês de Coordenação (CC) e Executivo (CE) 16
5.1.1 Público Alvo 17
5.2 Seleção dos Locais, Datas e Horários 18
5.2.1 Descrição dos Locais e Acessos 19
5.3 Disponibilização de Recursos Humanos e Materiais 21
5.4 Ferramentas Comunicacionais 21
5.4.1 Site da Prefeitura 22
5.4.2 Linha Direta 22
5.4.3 Impressos – Banners, Cartazes, Folhetos, Folders, Faixas, dentre outros 23
5.4.4 Reuniões 23
5.4.5 Eventos 24
5.4.5.1 Condução dos Eventos 25
5.4.5.2 Sequência dos Eventos 25
5.4.5.3 Eventos de Divulgação do Plano 27
5.4.6 Divulgação Complementar 27
5.4.7 Disponibilização dos Produtos para Consulta e Sugestões 27
5.4.8 Elaboração de Lista de Presença, Ata do Evento, Registro Fotográfico, Áudio e Vídeo 28
5.5 Etapas do Plano de Comunicação e Mobilização Social 28
5.5.1 Etapa 1: Planejamento das Ações 28
5.5.2 Etapa 2: Execução e Validação do Plano de Comunicação e Mobilização Social 29
5.5.2.1- 1ª Reunião Pública 29
5.5.2.2 1º Seminário Unificado 29
5.5.2.3 Reuniões Técnico-participativas do Diagnóstico 30
5.5.2.4 Reuniões para Discussão do Prognóstico 32
5.5.2.5 Reunião para discussão do Plano de Ação do PMSB 33
5.5.3 Etapa 3: Audiência Pública e Conferência Municipal do PMSB 34

5.5.3.1 Conferência Municipal do PMSB 34

5.5.4 Quadro Resumo das Etapas do PCMS 35

5.6 Fluxograma Geral do PCMS 40

ANEXOS 41

Anexo 01: Decreto Nº 019/2015 41

Anexo 02: Portaria Nº 20/2015 43

Anexo 03 – 1º Reunião Pública 45

Anexo 04: Modelo de cadastro para os delegados 57

Anexo 05: Modelo de Banner para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim 58

Anexo 06: Modelo de Cartaz para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim 59

Anexo 07: Modelo de Folder para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município Tarumirim 60

Anexo 08: Modelo de Faixa para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município Tarumirim 61

Anexo 09: Modelo de Crachá para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim 62

Anexo 10: Modelo de Convite para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim 63

Anexo 11: Modelo de Lista de Presença para os encontros 64

Anexo 12: Modelo de Ofício 65

Anexo 13: Modelo de Papel Timbrado para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim 66

Anexo 14: Modelo de Decreto de Regulamentação da Audiência Pública 67

Anexo 15: Modelo de Edital de Convocação para Audiência Pública 72

Anexo 16: Modelo de Portaria da Audiência Pública 74

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado Plano de Comunicação e Mobilização Social – PCMS, corresponde ao Produto 02/08 do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do município Tarumirim, por intermédio do contato entre o IBIO AGB Doce e a Fundação Educacional de Caratinga (FUNEC), conforme Contrato n° 07/2015.

O município de Tarumirim, inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga, contribuinte da Bacia do Rio Doce, encontra-se localizado na região Leste do Estado de Minas Gerais. Foi emancipado no ano de 1938, ocupa uma área de 732 km², com uma população de 14.677 habitantes (IBGE, 2013). Tem como municípios limítrofes, ao norte os municípios de Itanhomi, Engenheiro Caldas, Sobrália, São João do Oriente, Dom Cavati, Inhapim, Alvarenga e Conselheiro Pena.

Com respeito à sua economia, constata-se que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2012, ocupa a 363ª posição entre os municípios mineiros, com R$ 110.128.000.00, sendo o PIB *per capita* equivalente a R$ 7.720,68, estando na 645ª posição com respeito ao Estado. Por outro lado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que corresponde a uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano (renda, educação e saúde), no ano 2010, foi de 0,633, sendo considerado médio pelo Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

O Plano de Comunicação e Mobilização Social visa, em linhas gerais, traçar as diretrizes para o trabalho junto à população, contribuindo para o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de mobilização e participação popular no processo de elaboração do plano. Apresenta uma síntese das atividades a serem realizadas no município, inerentes à elaboração, revisão e adequação do PMSB, garantindo o caráter informativo e participativo do processo, de acordo ao que é preconizado na Lei 11.455/2007, às instruções contidas no Termo de Referência e ao referencial teórico sobre a comunicação socioambiental, bem como à proposição metodológica e de planejamento proposto pela equipe técnica da FUNEC.

2. MARCOS LEGAIS E TEÓRICOS DO PCMS

O PCMS é um documento integrante do PMSB, que visa, em linhas gerais, traçar as diretrizes para o trabalho junto à população, contribuindo para o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de mobilização e participação popular no processo de elaboração do PMSB.

Embora entendido como fundamental para o desenvolvimento do PMSB, o protagonismo popular está longe de ser um processo espontâneo, por isso a necessidade de construção de equipamentos públicos e legais que fomentem esta prática junto à população. Em termos legais o chamado Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257 de 2001) afirma em seu Artigo 2°, inciso II, que a "gestão democrática por meio da participação popular" deve ser uma prerrogativa na "formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano".

Ainda neste sentido nos aportamos no inciso IV, do art. 3º, da lei 11.445/07, que define o controle social, garantindo ferramentas sociais de participação da população junto aos processos de "formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico".

Segundo Gohn (2011, p. 16), a presença do conceito de participação e controle social nas políticas públicas nos "conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; [...] Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização". No que tange a essas questões, o presente Plano objetiva, para além da esfera legal, construir junto aos sujeitos mecanismos de participação e controle social, incentivando-os a refletir sobre a importância desses mecanismos para o fortalecimento de uma cultura participativa e democrática.

Para Bordernave (1994) a participação popular pode ser compreendida como um conjunto de atividades inerentes à natureza social do ser humano, ou seja, o acompanha nos diferentes períodos históricos e sociais ao longo de sua existência. Por isso, o foco não está no "quanto" se participa, mas passa a estar centrado no "como" se processa essa participação.

Ainda de acordo com o referido autor, a participação social é justamente aquela que situada nos espaços da macroparticipação, que se efetivam nos processos sociais mais amplos, nos quais o sujeito tem a possibilidade de intervir na dinâmica social, modificando a história da sociedade.

De acordo com Demo (2001), os processos de mobilização e participação neste âmbito devem ser compreendidos como um produto que está sempre em construção, no sentido de conquistas que vão se aglutinando, se corporificando nos espaços sociais. Nesse sentido, a participação real é, justamente, aquela que interfere nos processos decisórios por meio da participação política voltada ao bem coletivo.

Assim, a emergência de ações coletivas, nas mais diferenciadas formas, pode ser entendida como esforços para essa construção, e é dentro deste campo que se situam as ações de mobilização empreendidas neste PCMS.

Nesta direção as ações devem produzir mecanismos cada vez mais democráticos de participação, configurando-se como iniciativas fundamentais para a construção de processos que promovam a cidadania e efetivem os direitos promulgados na Constituição Federal de 1988. Ou seja, a metodologia deste PCMS contempla a ideia de que as ações não são neutras, que têm vinculação com o mundo e são norteadas por um projeto ético-político que "explicite o modelo de sociedade a que está vinculado, a ordem societária que defende e que em tese deve ser o norte das práticas profissionais dos assistentes sociais" (VÍGOLO, 2010, p. 62).

Desta forma, os objetivos aqui apresentados ao trabalho técnico do PCMS seguem a normativa exposta pelo Termo de Referência e as prerrogativas legais. Considerando esses instrumentos, foi construído o objetivo do PCMS, que é construir e fortalecer canais de comunicação junto aos agentes públicos que possibilitem o envolvimento da população para a compreensão das atividades propostas no seu cotidiano, que sem dúvida é marcado por questões políticas, orçamentárias, burocráticas e que compõem o próprio movimento da sociedade em que se vive.

As ações assim caminharam no sentido de instrumentalizar a população com elementos que possibilitem seu maior protagonismo, com a clara ideia de que tal questão não se constrói de um dia para outro, mas se manifesta com avanços e retrocessos, por meio de processos complexos presentes no dia-a-dia da própria comunidade. Nessa perspectiva, Vígolo (2010, p.67) expressa que:

> "é fundamental que os espaços de participação criados nos processos [...] da política urbana como um todo garantam a socialização de informações, afinal, é imprescindível que os moradores saibam o que será feito em sua comunidade. Contudo, mais do que saber o que será feito, os moradores devem ser partícipes também das decisões sobre as ações a serem realizadas na sua comunidade. Só assim estes realmente poderão se sentir "parte de", sujeitos do processo.

Neste contexto, as ações propostas no PCMS de Tarumirim também se encontram apoiadas dentro de uma lógica, quando esta diz que a reivindicação dos direitos por parte dos

usuários só pode acontecer se estes tiverem conhecimento sobre os mesmos, de forma que possam priorizar as demandas mais urgentes e os problemas mais graves, em termos de saneamento básico. Daí a importância de criar mecanismos de comunicação e mobilização social, que alcancem a toda a população, a exemplo de instrumentos, tanto impressos, como cartazes, folders, banners, dentre outros, quanto midiáticos (jornal, rádio) e digitais (site da prefeitura), quanto presenciais, por meio de eventos e reuniões comunitárias.

É a partir dessas premissas que o PCMS está ancorado.

3. OBJETIVOS GERAIS

A partir das questões elencadas o PCMS proposto tem os seguintes objetivos gerais:

- Garantir a participação social em todas as etapas do processo de desenvolvimento do PMSB, visando atender as necessidades e anseios da população;
- Garantir que a participação social tenha natureza democrática;
- Desenvolver junto à sociedade a noção de responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- Dispor os mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, dos serviços prestados e sua avaliação, das futuras etapas do PMSB, dos eventos previstos e as propostas relativas ao PMSB;
- Estabelecer canais para recebimento de sugestões e comentários, garantindo-se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;
- Desenvolver eventos abertos à comunidade local, a exemplo de reuniões e audiência pública para discussão e participação popular na formulação do PMSB, incluindo a recepção de dados de saneamento;
- Desenvolver e estimular formas de acompanhamento e participação, no processo de elaboração do PMSB, dos Conselhos de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação, lideranças locais;
- Estimular a criação e a consolidação de grupos representativos da sociedade para discutir o assunto Saneamento, pós-elaboração do PMSB.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conforme especificado no Termo de Referência, apresenta-se, no Quadro 01, os objetivos específicos que devem ser atingidos com a implementação do processo participativo inerente ao PCMS proposto:

Quadro 01: Objetivos específicos a serem atingidos pelo PCMS

FASES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Todas	▪ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social; ▪ Envolver a população na discussão das potencialidades dos problemas de salubridade e saneamento ambiental e suas implicações; ▪ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento ambiental, seus benefícios e vantagens; ▪ Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais; ▪ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; ▪ Sensibilizar a administração municipal para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente; ▪ Constituir ferramenta eficiente para que a comunidade participe efetivamente da elaboração do PMSB
Diagnóstico Técnico Participativo	▪ Identificar as percepções sociais, conhecimentos e anseios a respeito do saneamento; ▪ Descrever as características e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais locais; ▪ Conjugar a realidade das práticas locais, as condições de saneamento e saúde às informações técnicas obtidas; ▪ Identificar as formas de organização social da comunidade local.
Programas, Projetos e Ações.	▪ Hierarquizar a aplicação de programas e investimentos considerando as necessidades reais e os anseios da população; ▪ Identificar alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos, as percepções e as atitudes, em nível local, a respeito do saneamento básico.
Execução, Avaliação e Previsão do PMSB.	▪ Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implementação da política municipal de saneamento básico; ▪ Estimular a criação de grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento ambiental para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

Fonte: FUNEC (2015)

5. METODOLOGIA PARA O PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A metodologia a ser utilizada para o PCMS tem como referencial teórico o conceito de Comunicação Socioambiental, ao considerar que esta é diferente de um mero fluxo informativo, uma vez que confere existência social e qualitativa ao processo.

Segundo Smith (2012), a comunicação socioambiental, vista como um metacampo multidisciplinar, amplia o escopo de análise da comunicação, na qual o objeto de estudo conjuga aspectos ambientais e sociais dos indivíduos, das organizações e da sociedade, ao envolver duas áreas do conhecimento: Comunicação Ambiental (Environmental Communication) e Comunicação da Responsabilidade Social Corporativa (CSR Communication). Ou seja, seu foco de trabalho é o encontro dos estudos da comunicação com os estudos das relações homem-natureza, ao considerar que a comunicação impacta diretamente as crises ambientais de fundo antrópico; isto é, as maneiras como as pessoas comunicam sobre o ambiente natural modelam a relação homem-natureza e, por consequência, os respectivos impactos e percepções, que transformam os aspectos sociais, econômicos e ambientais da sociedade.

Conforme Cox (2010), os postulados centrais desse campo teórico apontam para os diferentes papéis da comunicação, que incluem tanto a capacidade de construir, produzir e naturalizar as relações com a natureza, quanto à aceitação de que toda comunicação ambiental é regida por interesses, pois são representações humanas da natureza formadas por contextos e questões sociais, econômicos e políticos. De acordo com o referido autor, há duas funções distintas para a comunicação ambiental. A primeira é pragmática, referindo-se ao seu papel instrumental em dar suporte à resolução dos problemas ambientais, através de ações comunicacionais, tais como, persuadir, educar e mobilizar. A segunda é a sua função constitutiva, uma vez que auxilia a compor o entendimento sobre o mundo natural, suas demandas, problemas e alternativas de soluções.

Sendo assim, este tipo de comunicação vai além do caráter informativo, sendo voltado à participação comunitária, atuando como agente que acolhe e interpreta as demandas da sociedade e as converge em decisões e ações do empreendedor, representando um canal contínuo de interlocução com a comunidade.

Para tanto, algumas estratégias são necessárias, como: a transparência nas ações e objetivos, a percepção do contexto sociocultural, o foco numa relação de corresponsabilidade

social e ambiental junto à comunidade e aos órgãos competentes. Além disso, as ações a serem empreendidas na execução do PCMS devem incorporar tais valores e corresponder às expectativas do Poder Público e da sociedade em questão, fazendo uso de diferentes ferramentas comunicacionais, que atendam à realidade de seu público alvo.

5.1 Atores Sociais e Público Alvo

5.1.1 Atores Sociais

- Poder Público: O Poder Público é o conjunto de órgãos com autoridades para realizar os trabalhos do Estado. Também chamados de Poderes Políticos, no sentido amplo, representa o próprio governo, no conjunto de atribuições, legitimadas pela soberania popular;
- Imprensa: A imprensa é fonte de publicidade e notícias que colaboram como exercício do controle social sobre o processo;
- Associações da Sociedade Civil Organizada: Organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um estado;
- Lideranças Comunitárias: As Lideranças Comunitárias envolvem influência, poder e intervenção nas tomadas de decisão públicas, em uma ou mais esferas de atividades;
- Comitês de Coordenação (CC) e Executivo (CE). O CC é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração do PMSB. Por outro lado, O CE é a instância responsável pela operacionalização dos processos de elaboração do PMSB.

5.1.1.1 Formação dos Comitês de Coordenação (CC) e Executivo (CE)

Conforme Termo de Referência utilizado no Edital do processo licitatório, tem-se que o CC é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração do PMSB, com as seguintes atribuições: a) Discutir, avaliar e aprovar, o trabalho produzido pelo CE; b) Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental; e c) Se reunir, no mínimo a cada dois meses.

Este CC deverá ser formado por representantes (autoridades e técnicos) das instituições do Poder Público Municipal relacionadas com o setor de saneamento básico (prestador de serviços de saneamento, Secretarias de Meio Ambiente, Saúde, Obras,

Planejamento, e outras), Defesa Civil, bem como por representantes de organizações da Sociedade Civil (entidades: profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONG's). Recomenda-se também a inclusão de Conselhos Municipais, Câmara de Vereadores, Ministério Público e outros.

As instituições supracitadas devem ter representações asseguradas no CC, devendo ser considerado no ato público do poder executivo (decreto ou portaria, por exemplo) de criação deste CC. As suas atribuições nas reuniões serão restritas ao acompanhamento em caráter orientativo, não estando aptos a votos de aprovação ou desaprovação.

Por outro lado, o CE será a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB, por meio das seguintes atribuições: a) Executar todas as atividades previstas no Termo de Referência apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser entregue ao IBIO AGB Doce, submetendo-os à avaliação do CC; e b) Observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos.

O CE, além da participação integral da FUNEC, deve incluir técnicos das secretarias municipais e dos órgãos públicos e não públicos envolvidos no CC. Recomenda-se que a Administração indique um responsável entre os indicados de cada um dos comitês (CC e CE), os quais deverão ficar responsáveis pela centralização de informações, pela convocação para os eventos e pela manutenção do cadastro pessoal de cada participante.

Os integrantes do CC nomeados pelo Decreto Nº 396/2015 (Anexo 01) e os integrantes do CE nomeados pela Portaria Nº 394/2015 (Anexo 02).

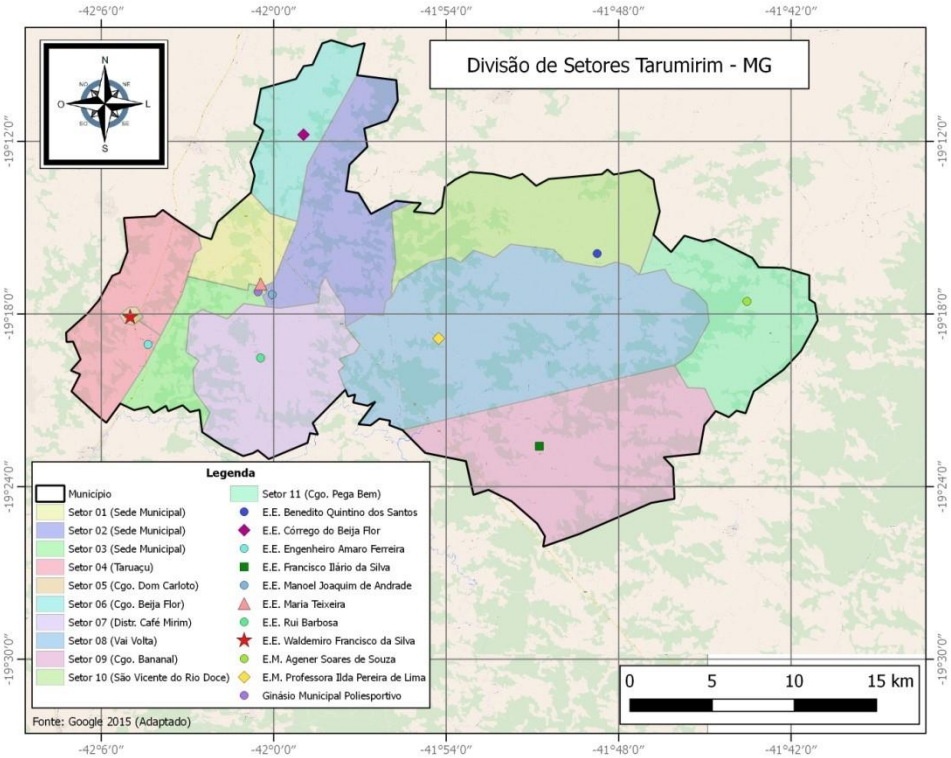
5.1.1 Público Alvo

De acordo com Lupetti (1996), público alvo "é aquele que a empresa tem em mente para ser trabalhado, aquele que foi detectado em uma pesquisa". Neste Plano, o público alvo corresponde aos atores sociais que, em determinado momento, serão estratégicos para o desenvolvimento do PMSB. Enfim, envolve todos os indivíduos que usufruem de uma forma direta ou indireta dos sistemas de saneamento do município, composto por quatro eixos: abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, sistemas de drenagem urbana, além do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

5.2 Seleção dos Locais, Datas e Horários

Os locais, datas e horários dos eventos estão definidos conjuntamente pelo CC e CE, de forma estratégica para garantir requisitos de espaço físico, acomodação, acessibilidade e conforto aos participantes, considerando os setores locais (Figura 01).

Figura 01 - Mapa da divisão Setorial do município de Tarumirim/MG



Fonte: FUNEC (2015)

O agendamento das futuras reuniões será em paralelo com a população, que será consultada sobre o horário mais adequado para um maior comparecimento. Esta definição deve se dar com um prazo mínimo de antecedência assim haverá um tempo para que haja ampla divulgação dos eventos:

- 10 (dez) dias antecedentes à data da reunião de partida;
- 5 (cinco) dias antecedentes à data da reunião inicial;
- 5 (cinco) dias para os eventos de discussão do diagnóstico, prognóstico e plano de ação;
- 15 (quinze) dias para a Conferência Municipal do PMSB.

O local a data e o horário que os eventos ocorrem, estarão sempre explicitados nos relatórios mensais simplificados, visto que ainda não há essa informação de forma concreta.

A atividade de seleção dos locais e agendamento junto aos responsáveis ficará a cargo do CE, podendo ser assessorado pelo CC.

Estão agendadas as datas das reuniões públicas referentes às Reuniões Preparatórias e às apresentações do Diagnóstico, Prognóstico, Plano de Ação e Conferência Municipal, conforme exposto abaixo:

- Reunião de partida Inicial – 01/04/2015 – 09h00min;
- Reunião de Trabalho Inicial- 16/04/2015 – 14h00min;
- Apresentação do Diagnóstico – 08/08/2015 – 14h00min;
- Apresentação do Prognóstico – 22/09/2015 – 19h00min;
- Apresentação do Plano de Ação – 19/11/2015 – 19h00min;
- Apresentação do SIM-SB -28/01/2016 – 09h00min

Conferência Municipal – 28/02/2016 – 19h00min, que irá ocorrer na Câmara Municipal dos Vereadores, localizada a Rua Dr. Jaider Albergaria, nº 90, Centro, com capacidade para 300 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

5.2.1 Descrição dos Locais e Acessos

Os locais escolhidos pela administração municipal, para a realização dos eventos propostos no PCMS, foram selecionados de maneira estratégica, onde foi avaliado a capacidade de lotação, além da localização e os acessos possíveis disponíveis aos públicos alvos de cada evento.

- **Escola Estadual Professora Maria Teixeira da Fonseca**

Fica localizada na Praça José de Andrade, 126, e possui capacidade para cerca de 450 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Manoel Joaquim de Andrade**

Fica localizada na Rua Batista Bastos, s/nº e possui capacidade para 400 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Ginásio Municipal Poliesportivo**

Fica localizado na Rua Alberone Albergaria, s/nº e possui capacidade para 400 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Engenheiro Amaro Ferreira**

Fica localizada na Rua Domingos Pereira, nº 07, Distrito de Taruaçu de Minas e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Povoado de Dom Carloto**

Fica localizada na Rua Juvelina Maria de Jesus, s/n, povoado de Dom Carloto e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Córrego do Beija-Flor**

Fica localizada na Praça Principal, s/n, povoado de Beija-Flor e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Rui Barbosa**

Fica localizada na Praça São João, s/n, distrito de Café-mirim e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Pimenta da Veiga**

Fica localizada na Praça Principal, s/nº, distrito de Vai-Volta e possui capacidade para 200 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Francisca Ilaria da Silva**

Fica localizada na Rua Amador Viana, s/nº, povoado de Bananal de Baixo, e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Estadual Benedito Quintino dos Santos**

Fica localizada na Praça Manuel Batista Bastos, 263, distrito de São Vicente do Rio Doce e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

- **Escola Municipal Agener Soares de Souza**

Fica localizada na Praça Benjamim Joaquim de Melo, s/nº, povoado de Pega Bem, e possui capacidade para 150 pessoas. Os participantes do evento poderão se deslocar até o local descrito através dos meios de transporte usualmente encontrados em centros urbanos. Há acesso para carros, ônibus, bicicletas, além da possibilidade de se chegar ao local a pé.

5.3 Disponibilização de Recursos Humanos e Materiais

Para um bom andamento na elaboração do PMSB e da eficácia do PCMS é indispensável alocação e disponibilização de recursos humanos, que vão além da equipe técnica da Contratada.

Tais recursos humanos constituem-se de engenheiros e técnicos da FUNEC, membros do CC e CE, autoridades e técnicos das instituições do Poder Público Municipal, Defesa Civil, organizações da Sociedade Civil e representantes da IBIO AGB Doce e os facilitadores.

Os recursos materiais necessários para realização dos eventos, tais como computador, projetor e registro fotográfico serão de responsabilidade da FUNEC, ficando a Administração com a responsabilidade sobre os recursos de áudio e vídeo.

5.4 Ferramentas Comunicacionais

As ferramentas comunicacionais previstas são diversas e deverão ter conteúdos e linguagem adequados a cada público e a cada momento, considerando a realidade municipal e a fase de elaboração, revisão e adequação do PMSB. Essas ferramentas deverão conter layouts planejados para que se crie uma identidade visual do PMSB, de forma que estes sejam

facilmente reconhecidos pela comunidade. Elas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos elaborados.

5.4.1 Site da Prefeitura

O site da prefeitura é uma ferramenta mais ampla que tem como alvo todos os públicos. Será utilizada não apenas para que a comunidade possa acompanhar a elaboração, revisão e adequação do PMSB, mas também para acompanhar os produtos, realizar consultas e tirar dúvidas, por meio de formulário que será disponibilizado no site da prefeitura. Visa criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações atualizadas do PMSB, em termos dos seus componentes, a saber: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

O site deverá conter também um espaço estruturado (formulário) para recebimento de dúvidas, comentários, críticas e sugestões, além da identificação dos principais problemas vivenciados, em termos de saneamento básico. Deve ser um espaço de livre acesso, com pequeno cadastramento (nome, endereço de e-mail) para retorno do contato feito. A prefeitura deverá disponibilizar pessoal para providenciar o recebimento do contato e encaminhamento para a FUNEC, responsável pela resposta e retorno ao solicitante da informação. Todo o procedimento, entre a data do preenchimento do formulário e a resposta definitiva ao interessado, contabilizará o prazo de 7 (sete) dias úteis, que poderá ser prorrogado, a critério do grupo de trabalho e de acordo com a complexidade das informações a serem prestadas.

5.4.2 Linha Direta

Como complementação ao site, visando um canal de contato para a população que não tema ferramenta da internet a disposição, prevê-se a implantação de uma linha direta, de forma a que a população possa identificar suas principais demandas no que concerne ao saneamento básico e apresentar as suas sugestões, de curto, médio e longo prazo. A chamada, com cadastramento (nome, telefone, endereço), deverá ser direcionada a um dos membros do Grupo de Trabalho Local designado para acompanhar a elaboração, revisão e adequação do plano, que receberá o contato e fará o encaminhamento para a FUNEC.

5.4.3 Impressos – Banners, Cartazes, Folhetos, Folders, Faixas, dentre outros

Poderá a critério da Prefeitura, ser efetuada a elaboração de impressos para divulgação de informações, convite para eventos, dentre outros. Os cartazes terão como objetivo divulgar os eventos a serem realizados; os folhetos informativos poderão ser utilizados para divulgação dos principais produtos e/ou resultados do processo de elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Foi desenvolvido pela equipe técnica da FUNEC um folder, que apresenta de forma sucinta, ao leitor os principais pontos relacionados ao PMSB, além de incentivar a mobilização social, como uma forma de convite para os eventos propostos.

Os locais de distribuição dos impressos serão definidos pela equipe de comunicação da prefeitura e deverão contemplar locais de interesse social, visando atingir toda a comunidade. Sugere-se a divulgação em equipamentos sociais, como biblioteca, Unidade Básica de Saúde e a própria prefeitura, entre outros.

5.4.4 Reuniões

O Grupo de Trabalho, com o apoio da equipe técnica (FUNEC), responsável pela elaboração, revisão e adequação dos planos, poderá agendar reuniões, como ferramentas comunicacionais a serem utilizadas com públicos específicos e consistirão em espaços de participação direta deste público na elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Poderão utilizar diversos formatos, tais como, Reuniões de Partida e Reuniões de Acompanhamento, tendo como objetivo principal construir os planos de maneira participativa junto aos públicos de maior interface com o tema. Para tanto, é imprescindível um trabalho anterior de levantamento e seleção de lideranças comunitárias, associações representativas da comunidade e aquelas inscritas em conselhos municipais, tais como saúde, meio ambiente, habitação, planejamento urbano, assistência social, entre outros, como, por exemplo, representantes dos comitês de bacias.

Conforme experiências da FUNEC em trabalho anterior de elaboração de PMSB sugere-se o acatamento das seguintes considerações para uma nova configuração das reuniões em suas diferentes etapas:

- Reunião de Partida, que tem como objetivo a apresentação do Plano de Trabalho, que contém as ações de elaboração, revisão e adequação do PMSB, materializado em seus 8 produtos;

- Reunião Inicial com os membros dos CC e CE, permitindo dessa maneira uma capacitação dos participantes, no que se refere ao que é um PMSB, qual a legislação a ser atendida, qual a metodologia de trabalho a ser adotada e o planejamento do PCMS, sendo aberta oportunidade para comentários e sugestões. Outro aspecto importante a ser obtido nessa reunião é a identificação de profissionais da estrutura municipal que possam servir de vetores e apoiadores do desenvolvimento dos trabalhos;
- Reunião com os líderes comunitários e outras autoridades, que possam servir de facilitadores para o desenvolvimento dos trabalhos junto à população local. A reunião conterá basicamente o mesmo teor da reunião com o CE e CC, e servirá ainda para dar noções do que é saneamento básico;
- Reuniões técnico-participativas de Diagnóstico da situação atual do saneamento local, assim como as Reuniões de Prognóstico e Plano de Ação, já especificadas no Termo de Referência;
- Conferência Pública, já prevista no Termo de Referência.

5.4.5 Eventos

O Grupo de Trabalho, com o apoio da equipe técnica da FUNEC, poderá realizar Seminários Temáticos. Esses eventos serão abertos ao público e deverão ser amplamente divulgados através do site criado para interlocução com a comunidade sobre o PMSB, mídia impressa de grande circulação local, rádio comunitária, faixa informativa fixada na prefeitura e nos locais a serem realizados os Seminários, dentre outros a serem definidos pela equipe de comunicação, de acordo com a realidade sociocultural do município.

Os eventos terão como objetivo apresentar os principais resultados e validá-los junto à comunidade do município. As apresentações em slides exibidas durante os eventos são cuidadosamente desenvolvidas pela equipe técnica da FUNEC, a fim de atingir o público alvo de maneira clara e autoexplicativa.

A partir dos relatórios produzidos para cada produto a ser apresentado, as apresentações utilizam-se de didáticas como figuras, quadros, fluxogramas, organogramas e pontos chaves, com o objetivo de apresentar ao público o desenvolvimento do PMSB.

Os materiais de divulgação para cada evento deverão seguir o quantitativo apresentado a seguir: Folder/Convite: 1.500 un.; Faixa: 05 un.

5.4.5.1 Condução dos Eventos

Os eventos serão conduzidos por diferentes membros da equipe técnica, respeitando as etapas planejadas para o desenvolvimento de cada reunião, assim como o tempo previsto de apresentação. Para que os eventos ocorram de maneira organizada e para que se tenha o melhor aproveitamento por parte da sociedade presente, torna-se necessário que sejam observados os seguintes procedimentos, tais como:

- A existência de um responsável e mediador pela condução dos trabalhos (sugere-se que seja um membro do CC ou um representante do executivo municipal);
- Que o evento tenha início no horário agendado, valorizando assim a participação dos presentes naquele momento e que se procure ao máximo não extrapolar o horário de encerramento;
- No caso das reuniões considera-se que as regras apresentadas a seguir sejam suficientes para o bom andamento das mesmas;
- Que sejam estabelecidas e divulgadas previamente as regras de condução dos eventos (interrupção da apresentação, momento da formulação de perguntas);
- Forma de inscrição para perguntas; - se os questionamentos serão verbais e/ou escritos;
- Tempo máximo para cada pergunta;
- Quantidade de perguntas por inscrição;
- No caso da Conferência Municipal, está proposto o Regimento de Condução da Conferência.

5.4.5.2 Sequência dos Eventos

O Município de Tarumirim, quando da solicitação do IBIO AGB Doce de orientação técnica para o processo licitatório e de obtenção de recursos financeiros para elaboração do PMSB, previu a seguinte sequência de eventos em seu Termo de Referência, associado à setorização, abordada com os representantes do Município na 1ª Reunião Pública (Tabela 01):

Tabela 01 - Sequência dos eventos do PCMS de acordo com cada setor de mobilização, Tarumirim/MG

Setor de mobilização	Bairros	População Estimada (hab.)	Data do 2° Seminário	Data do 4° Seminário	Audiência Pública
01	Centro, Hospital, Córrego Serrinha, Córrego Canivete, Córrego Pati, Córrego Susto, Córrego Boa União, Córrego Canarinho, Córrego Preguiça	2.826	08/08/2015	15/11/2015	28/02/2015
02	Tonel, Ambrosio, Gloria, Adma	1.870			
03	Copasa, Quartel, Velhaco	1.736			
04	Taruaçu de Minas, Córrego do Padre, Córrego Barreirão de Cima, Três Barras, Ponte Alta, Córrego Quebra Coco, Córrego Monte Alto, Córrego Olho D'água, Córrego Volta Grande	1.555			
05	Dom Carloto, Córrego Onça, Córrego Cunha	452			
06	Beija-Flor, Córrego Martins, Córrego dos Antônio, Córrego Frio, Cabeceira Córrego Frio, Córrego Preto	589			
07	Cafémirim, Córrego Cristal, Córrego boa Vista, Córrego Barreirão de Baixo, Córrego Quiabo, Córrego Brejal, Córrego Bananalzinho, Córrego Dourado, Córrego Pedra Amarela, Córrego Sebastião Anastácio, Córrego Cabeceira do Cafemirim	1.416			
08	Vai-Volta, Córrego da Oração, Córrego do Saco, Córrego Sesmaria, Córrego Esperança, Córrego Lagoa, Córrego Cabeceira do Vai Volta, Córrego Água Santa, Córrego Garapa, Córrego Laranjal, Córrego Palha Branca, Córrego Pavão, Córrego Sabiá, Córrego Garapa.	1.128			
09	Bananal de Baixo, Bananal de Cima, Córrego Boa Sorte, Córrego do Quilombo, Córrego Palmital, Córrego da Gia, Córrego santa Cruz, Córrego Bambu Amarelo, Córrego Seco, Córrego Lavrinha, Córrego Berra Onça, Córrego São Sebastião, Córrego dos Moura, Córrego Corguinho, Córrego Tamanduá	1.522			
10	São Vicente do Rio Doce, Córrego Diamante, Córrego Ferrugem, Córrego Jataí Pequeno, Córrego Vargem Alegre, Córrego Nhonhepe, Córrego Palmeiras, Córrego Jataí Grande, Córrego Travessão	1.015			
11	Santa Rita, Pega Bem, Córrego Adão Coelho, Córrego seco, Córrego Santa Maria, Córrego São Bento	565			

Fonte: FUNEC (2015)

5.4.5.3 Eventos de Divulgação do Plano

Nos eventos de divulgação serão apresentados o que é um PMSB, qual o PCMS proposto e as atividades a serem desenvolvidas. Ficará aberto espaço de tempo para que a sociedade se manifeste quanto ao material apresentado. Espera-se que as manifestações da sociedade sejam na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos.

Serão discutidos os pontos apontados nos questionários para que sejam conhecidas as percepções das comunidades locais sobre os pontos fortes e fracos do saneamento básico. A sugestão para o desenvolvimento destes eventos está descrito na Tabela 02.

Tabela 02: Identificação dos eventos do PCMS no município de Tarumirim/MG

Etapa	Responsável	Tempo (minuto)
Abertura Apresentação do CE e FUNEC	CC	5
Apresentação: • Do que é um PMSB • Do PCMS; • Do Plano de Trabalho proposto pela FUNEC.	Equipe Técnica da FUNEC	30
Esclarecimentos quanto ao material apresentado	Equipe Técnica da FUNEC	10
Participação da comunidade e discussão quanto aos pontos registrados nos questionários	Comunidade	30
Avaliação do evento	CC, CE, Equipe Técnica da FUNEC* e Comunidade.	10
Encerramento	CC	5

Fonte: FUNEC (2015)

5.4.6 Divulgação Complementar

Propõe-se que, durante todo o período de desenvolvimento dos trabalhos, sejam veiculadas nas faturas mensais de água e esgoto, mensagens alusivas aos eventos do PMSB. Outra proposição é que os documentos sejam encaminhados aos líderes comunitários e estes providenciem a distribuição em suas respectivas áreas de atuação.

5.4.7 Disponibilização dos Produtos para Consulta e Sugestões

Os produtos elaborados deverão ficar em consulta em dois momentos, antes de cada evento, em Versão Preliminar e após o evento, após eventuais atualizações, em Versão Final. Assim, a Administração deverá disponibilizar espaço em seu site para recepcionar o material produzido pela FUNEC, que se compromete a disponibilizar estes produtos em formato digital, respeitando os prazos propostos.

As versões pós-eventos, serão disponibilizadas pela FUNEC aos comitês, em até 5 dias, ficando o CC responsável pela sua aprovação, ocasião em que será liberada a divulgação no site da Prefeitura da versão final do produto. Para os interessados que não quiserem/puderem consultar via internet, será disponibilizado material impresso - versão preliminar e final, em local e horário a ser informado pela Prefeitura. Obrigatoriamente todas as sugestões deverão ser identificadas.

5.4.8 Elaboração de Lista de Presença, Ata do Evento, Registro Fotográfico, Áudio e Vídeo

A elaboração das minutas das atas será realizada pela Administração Municipal, já os registros fotográficos dos eventos ficarão sob responsabilidade da FUNEC. Um representante indicado pelo CC/CE deverá ser responsável por coletar as assinaturas dos presentes em cada evento, para que seja elaborada uma lista de presença oficial. Ficará a cargo da Prefeitura a disponibilização de um sistema de microfonia.

A Conferência Municipal, a critério da Administração, poderá ter interesse em registrá-la em áudio e vídeo, ficando ao seu encargo os recursos necessários. Os registros de cada evento serão compilados em documentos e farão parte da versão final do Plano de Comunicação e Mobilização Social, na forma de anexos.

5.5 Etapas do Plano de Comunicação e Mobilização Social

Partindo do referencial teórico sobre comunicação socioambiental, a metodologia aqui proposta para o Plano de Comunicação e Mobilização Social envolve etapas básicas interligadas, uma vez que as ações e o resultado de cada uma delas subsidiam a subsequente, sendo subdividas de acordo com as ações necessárias para seu cumprimento, que são:

- Etapa 1 – Planejamento das ações;
- Etapa 2 – Execução e validação do Plano de Comunicação e Mobilização Social;
- Etapa 3 – Audiência pública e Conferência do Plano Municipal de Saneamento Básico

5.5.1 Etapa 1: Planejamento das Ações

Essa etapa consiste na seleção do público alvo das ações informativas previstas, devendo ser identificadas as instituições e lideranças que irão participar das ações comunicacionais, reuniões de trabalho e eventos previstos.

Nesta etapa será também planejado o conteúdo, estrutura e formato do site a ser elaborado como ferramenta de comunicação direta com a comunidade. A prefeitura deverá

providenciar a impressão e distribuição dos informativos referentes a esta fase do processo de elaboração, revisão e adequação dos planos.

Nesse sentido, as ações previstas compreendem: a) Definição do público alvo específico – representantes municipais, entidades, associações da sociedade civil e entidades representativas de bairro; b) Elaboração do site dos PMSB; c) Criação da linha direta; d) Elaboração e produção de impressos de divulgação do início dos trabalhos e dos canais de contato.

5.5.2 Etapa 2: Execução e Validação do Plano de Comunicação e Mobilização Social

Essa etapa consiste na execução das ações previstas no Plano de Comunicação e Mobilização Social, tais como: reunião de partida, reuniões de trabalho, seminários e audiência pública. Todas as atividades previstas nessa fase estão atreladas às ações de elaboração, revisão e adequação do PMSB, em termos de: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

5.5.2.1- 1ª Reunião Pública

A primeira ação comunicacional prevista é a 1º Reunião Pública, que tem como objetivo apresentar as ações previstas do Plano de Trabalho do PMSB (Anexo 03), com posterior discussão com os representantes da Prefeitura para identificação de membros oficiais para a formação dos Comitês (CC e CE) e estruturação dos setores de mobilização. Nessa reunião deve ser estruturado o endereço do site de divulgação e acompanhamento das ações e o número da linha direta.

5.5.2.2 1º Seminário Unificado

O 1º Seminário Público será realizado no município de Tarumirim com a presença de representantes do CC e CE, IBIO AGB Doce, Comitê de Bacia do Caratinga e FUNEC. Previamente à execução da reunião inicial, será encaminhada esta versão do PCMS, para que as instituições locais conheçam com mais detalhe os pontos importantes deste planejamento, na visão da equipe técnica da FUNEC.

Neste Seminário, envolvendo os CC e CE e a FUNEC serão realizadas as seguintes atividades:

- Apresentação dos membros componentes dos CC e CE e dos técnicos da FUNEC que irão participar do desenvolvimento dos trabalhos;

- Apresentação pela FUNEC do que é um PMSB e sua versão preliminar, para possíveis adequações, caso necessário;
- Identificação das alternativas para envolvimento dos membros na condução dos futuros trabalhos;
- Discussão dos pontos levantados pelos membros dos CC e CE e acatamento das sugestões pertinentes;
- Identificação de recursos humanos da administração, que possam servir de vetores/facilitadores para desenvolvimento do PMSB e do PCMS.

5.5.2.3 Reuniões Técnico-participativas do Diagnóstico

As Reuniões Técnico-participativas deverão ocorrer após o Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico e tem como objetivo validar esse diagnóstico e, se necessário, complementá-lo junto ao público alvo específico. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Assim, o conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o "Produto 3 - Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico" e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural. Nesses 11 (onze) eventos será apresentada e discutida junto às comunidades a situação atual dos sistemas de saneamento básico, seus pontos fortes e fracos identificados pela Consultora, por meio da leitura técnica da realidade local, proveniente tanto de dados secundários quanto pelo preenchimento do questionário e daqueles recepcionados pelos meios disponibilizados de comunicação com a Administração – sítio eletrônico.

Antes de tais reuniões haverá a orientação e distribuição aos líderes dos setores do questionário de avaliação da prestação de serviços se saneamento básico, com identificação dos principais problemas, sob o ponto de vista da comunidade.

Os delegados serão devidamente identificados conforme modelo de cadastro apresentado no Anexo 04.

Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao diagnóstico apresentados, de tal forma que, após a devida análise técnica, os pontos validados sejam agregados ao relatório final de diagnóstico dos sistemas de saneamento. Para a validação dessa leitura técnica, será feito uso da Matriz GUT (Figura 02), desenvolvida por Kepner e Tregoe (1981), que consiste em uma ferramenta para tomada de decisão e resolução de problemas, pois possibilita priorizar ações corretivas e preventivas para atenuação ou extinção

de diversos problemas identificados a ser tratados, levando em conta: sua gravidade ou impacto sobre pessoas e operações, que pode variar de 1 (sem gravidade) até 5 (extremadamente grave); a urgência ou o tempo disponível e necessário para resolver os problemas, que também varia de 1 (não tem pressa) até 5 (extremadamente urgente, exigindo ação imediata); e a tendência ou o potencial de crescimento (piora) do problema, que pode assumir valores de 1 (sem tendência de piorar) até 5 (vai piorar ou agravar rapidamente, se nada for feito).

Figura 02 - Esquema da Matriz GUT

Matriz GUT (para priorizar problemas a serem tratados)

VALOR	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	G x U x T
5	Extremamente grave	Extremamente urgente	Agravar rápido	125
4	Muito grave	Muito urgente	Piorar em curto prazo	64
3	Grave	Urgente	Piorar em médio prazo	27
2	Pouco grave	Pouco urgente	Piorar em longo prazo	8
1	Sem gravidade	Sem urgência	Sem tendência de piorar	1

G	GRAVIDADE	Impacto do problema sobre operações e pessoas da empresa. Efeitos que surgirão a longo prazo em caso de não resolução.
U	URGÊNCIA	O tempo disponível e necessário para resolver o problema.
T	TENDÊNCIA	Potencial de crescimento (piora) do problema.

Fonte: Cantídio (2015)

Será de responsabilidade da Administração a identificação dos agrupamentos de bairros/distritos/setores, de cada Setor de Mobilização, bem como a seleção e agendamento dos locais dessas reuniões. Uma vez definidos locais, data e horário, será de responsabilidade da FUNEC a confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: Banners, em número de 12% da população (Anexo 05); cartazes, em número de 5% da população (Anexo 06); folders, em número de 20% da população (Anexo 07); faixas, em número de 4% (Anexo 08); crachás, em número de 20% da população (Anexo 09); convites, em número de 20% da população (Anexo 10) e panfletos, em número de 20% da população.

A distribuição dos folders será feita pela equipe da Prefeitura/FUNEC e estarão disponíveis em cada setor de mobilização, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais indicados pelos comitês. Todas as reuniões e eventos devem ser registrados por meio de uma lista de presença, com identificação dos participantes, conforme modelo apresentado no Anexo 11.

Nas reuniões poderão também ser devolvidos os questionários de percepção da sociedade quanto às condições dos serviços de saneamento básico local e caracterização socioeconômica, que serão posteriormente compilados e analisados, para serem apresentados no Relatório de Diagnóstico Técnico-Participativo dos serviços de saneamento básico, em sua versão final (Produto 3 da Etapa II do PMSB).

O Relatório de Diagnóstico Preliminar estará disponível por 5 dias antes e após o evento, impresso em local a ser definido pela Administração e disponível e acessível também em sítio eletrônico da Administração, para consulta e sugestões, para outras eventuais contribuições das comunidades.

Poderão ser coletadas ainda antecipadamente contribuições, sugestões e recomendações sociais, em relação às possíveis soluções dos problemas e suas priorizações, ficando divulgados os canais de comunicação e prazos de acatamento de manifestações posteriores.

Ao finalizar essa etapa ter-se-á o Relatório de Diagnóstico Consolidado, o qual permanecerá disponível no site da prefeitura e em forma impressa à disposição, em local a ser disponibilizado pela Administração Municipal até a divulgação da versão final do PMSB.

5.5.2.4 Reuniões para Discussão do Prognóstico

O conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o “Produto 4 - Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico”. Tem como objetivo apresentar os prognósticos e alternativas e coletar impressos e opiniões dos grupos de trabalho. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Nos 11 (onze) eventos previstos será apresentado e discutido junto às comunidades o prognóstico para os sistemas de saneamento básico, envolvendo os cenários, objetivos e metas, a prospectiva e planejamento estratégico, os programas, projetos e ações e o cronograma de execução propostos pela Consultora.

Se na avaliação do CE, os agrupamentos de bairros/distritos/setores de cada Setor de Mobilização e os locais utilizados nas 11 (onze) reuniões de diagnóstico não tiverem sido adequados, deverão ser realizados os ajustes necessários.

Uma vez definidos locais, data e horário, será de responsabilidade da FUNEC a confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders, faixas, banners, cartazes e panfletos.

A distribuição dos folders será feita pela equipe da Prefeitura/FUNEC e estarão disponíveis em cada setor de mobilização, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais indicados pelos Comitês.

Durante os eventos serão recebidas às sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica, sejam ou não agregados ao relatório final de prognóstico dos sistemas de saneamento. Espera-se que as manifestações da sociedade sejam na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos.

O Relatório de Prognóstico Preliminar estará disponível por 5 dias antes e após o evento, na Administração e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades.

Vencida esta etapa ter-se-á o Relatório de Prognóstico Consolidado, o qual permanecerá disponível em site e em local a ser definido pela Administração Municipal até a divulgação da versão final do PMSB.

5.5.2.5 Reunião para discussão do Plano de Ação do PMSB

O conteúdo dessa reunião de trabalho deverá ter como base o “Produto 5 - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB” e o “Produto 6 - Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.” Tem como objetivo apresentar os referidos programas e mecanismos e coletar impressões e opiniões dos grupos de trabalho sobre os mesmos. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração, revisão e adequação do PMSB.

Neste evento serão apresentados e discutidos junto às comunidades o Plano de Ação para os sistemas envolvendo os caminhos a serem adotados para execução dos programas, projetos e ações propostos pela Consultora.

Uma vez definidos locais, data e horário, será de responsabilidade da FUNEC a confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders, faixas, banners, cartazes e panfletos, além da divulgação no site da Prefeitura Municipal de Tarumirim.

A distribuição dos folders será feita pela Prefeitura/FUNEC e estarão disponíveis em cada setor de mobilização, juntamente com as faixas de divulgação, sendo esses locais indicados pelo comitê.

Durante o evento serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica sejam ou não agregados ao relatório final de prognóstico dos sistemas de saneamento. As manifestações da sociedade devem ser na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos.

O Relatório de Plano de Ação Preliminar estará disponível por 5 dias antes e após o evento, na Administração e disponível e acessível em sítio eletrônico para consulta e sugestões, para outras contribuições das comunidades.

5.5.3 Etapa 3: Audiência Pública e Conferência Municipal do PMSB

Após a elaboração, revisão e adequação do PMSB deverá ser realizada a apresentação dos mesmos para conhecimento e validação da comunidade através de Audiência Pública, como estabelecido na Lei nº 11.445/2007.

A audiência será o espaço para a população conhecer e opinar sobre os planos apresentados, o que fornecerá elementos para validação ou avaliação dos planos propostos. Após a realização da Audiência Pública, o Grupo de Trabalho deverá encaminhar ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico, como rege a Lei nº 11.445/2007.

5.5.3.1 Conferência Municipal do PMSB

Previamente à realização da Conferência Municipal, com a consolidação dos relatórios anteriores, já se terá uma prévia de como ficará o PMSB de Tarumirim. Com o cumprimento desta etapa ter-se-á o Relatório de Plano de Ação Consolidado, o qual permanecerá disponível em site e em local a ser definido pela Administração Municipal até a divulgação da versão final do PMSB.

Este material ficará liberado para consulta, no site e na forma impressa em local a ser designado pela Administração Municipal, permitindo à sociedade os últimos comentários. O CE deverá indicar o local, dia e hora para realização do evento.

A Conferência Pública para divulgação final do material completo do PMSB de Tarumirim deverá ser amplamente divulgada, com antecedência de 20 dias da data do evento, ficando o material disponível no site e impresso para consulta em local a ser definido pelo CE.

Para divulgação da Conferência Municipal, a FUNEC se encarregará da confecção dos seguintes recursos para a divulgação dessas reuniões: folders, faixas, banners, cartazes e panfletos.

A distribuição dos folders será feita pelos agentes de saúde e estarão disponíveis ao público em locais de grande circulação, juntamente com as faixas de divulgação, sendo os locais identificados pelos comitês.

Por ser um evento único e final, com a participação de toda sociedade de Tarumirim, recomenda-se que exista um planejamento para condução do mesmo, com convite oficial (modelo de ofício, no Anexo 12), em papel timbrado (anexo 13), que deve ser usado em toda a correspondência relativa ao PMSB. No Anexo 14 é apresentado um Modelo de Decreto de Regulamentação da audiência pública do PMSB, no Anexo 15 é apresentado o Modelo de Edital de Convocação de Audiência Pública e no Anexo 16 é apresentado a Portaria da Audiência Pública.

5.5.4 Quadro Resumo das Etapas do PCMS

Os Quadros 02, 03, 04 e 05 apresentam respectivamente as atividades por etapa (Preparatória, Diagnóstico técnico-participativo, Prognóstico e Plano de Ação) que serão realizadas, o meio de divulgação, os prazos e os responsáveis por cada atividade e os participantes.

Quadro 02: Etapa Preparatória e as respectivas atividades que serão realizadas, o meio de divulgação, os prazos, os responsáveis por cada atividade e os participantes

Etapa	Atividade		Meio	Prazo do Evento (dias úteis)	Responsável	Participantes
		Apresentação do Plano de Trabalho	Reunião	10 dias antes	Comitê da Bacia, FUNEC	a) Representantes do IBIO, Comitê da Bacia, Prefeitura, FUNEC.
Preparatória	**a) Reunião de Partida b) Reunião com CC e CE c) Líderes Comunitários**	Indicação do CC e CE	Decreto Municipal		Prefeito Municipal	
		Convocação	E-mail, Telefone	5 dias antes	CC/CE	b) Membros do CC/CE, convidados pela administração. c) Líderes comunitários
		Disponibilização prévia do PCMS	Relatório digital	5 dias antes	Equipe Técnica da FUNEC	
		Disponibilização recursos materiais	Micro, Data Show e Foto.		Equipe Técnica da FUNEC	
		Disponibilização recursos humanos			CC/CE/Equipe Técnica da FUNEC	
		Apresentação	Reunião		Equipe Técnica da FUNEC	
		Registro de presença	Lista de presença		Equipe Técnica da FUNEC	
		PCMS em consulta	Site Prefeitura	5 dias após	Administração Municipal	

Fonte: FUNEC (2015)

Quadro 03: Etapa Diagnóstico Técnico-Participativo e as respectivas atividades que serão realizadas, o meio de divulgação, os prazos, os responsáveis por cada atividade e os participantes

Etapa	Atividade		Meio	Prazo do Evento (dias úteis)	Responsável	Participantes
Diagnóstico Técnico Participativo	Reunião nos setores de Mobilização	Recepção de questionários	Centralizado na prefeitura	5 dias após	CE	Moradores dos setores de mobilização
		Consulta Relatório Diagnóstico Preliminar	Site prefeitura e administração	10 dias antes	CC/CE/Equipe Técnica da FUNEC	
		Seleção local e data			CC/CE	
		Divulgação	Mural/Rádio/Jornal/Site/Folder		CC/CE	
		Disponibilização recursos	Micro, Data Show e Foto.		Equipe Técnica da FUNEC	
		Montagem apresentação			Equipe Técnica da FUNEC	
		Validação apresentação			CC/CE	
		Apresentação	Power Point		Equipe Técnica da FUNEC	
		Registro reunião	Fotos		CC/CE	
		Registro presença	Lista de Presença		Equipe Técnica da FUNEC	
		Relatório Diagnóstico em consulta	Site prefeitura e administração	5 dias após	Administração Municipal	

Fonte: FUNEC (2015)

Quadro 04: Etapa Prognóstica e as respectivas atividades que serão realizadas, o meio de divulgação, os prazos, os responsáveis por cada atividade e os participantes

Etapa	Atividade		Meio	Prazo do Evento (dias úteis)	Responsável	Participantes
Prognóstico	**Reunião nos setores de Mobilização**	Consulta Relatório Prognóstico Preliminar	Site prefeitura e administração	10 dias antes	CC/CE/Equipe Técnica da FUNEC	Moradores dos setores de mobilização
		Seleção local e data	Mural/Rádio/Jornal/Site/Folder			
		Divulgação				
		Disponibilização recursos	Micro, Data Show e Foto.		Equipe Técnica da FUNEC	
		Montagem apresentação			Equipe Técnica da FUNEC	
		Validação apresentação				
		Apresentação	Power Point			
		Registro reunião	Fotos			
		Registro presença	Lista de Presença			
		Relatório Prognóstico em consulta	Site prefeitura e administração	5 dias após	Administração Municipal	

Fonte: FUNEC (2015)

Quadro 05: Etapa Plano de Ação e as respectivas atividades que serão realizadas, o meio de divulgação, os prazos, os responsáveis por cada atividade e os participantes

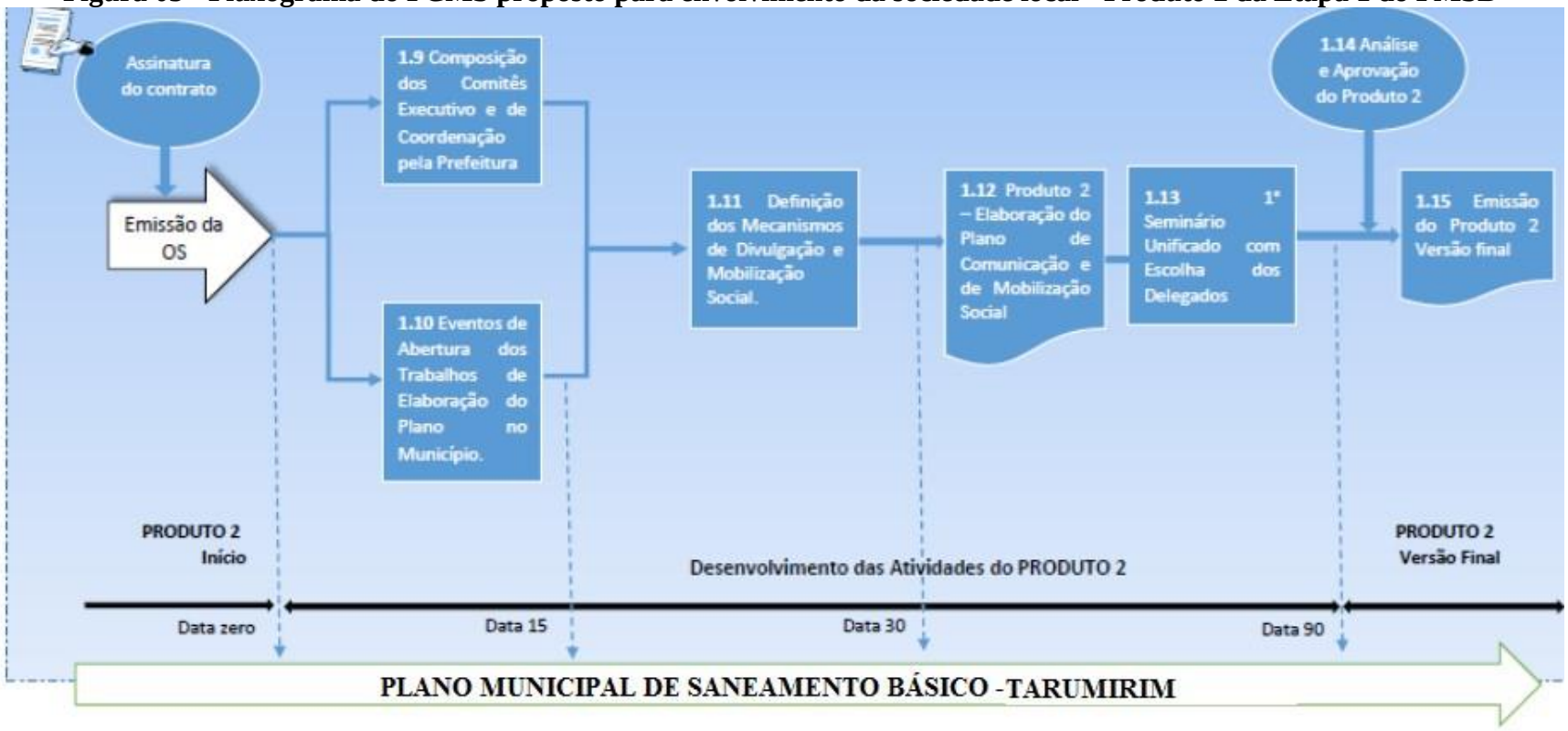
Etapa	Atividade	Meio	Prazo do Evento (dias úteis)	Responsável	Participantes
Plano de ação	Consulta Relatório Prognóstico Preliminar	Site prefeitura e administração	5 dias antes	CC/CE/Equipe Técnica da FUNEC	CC/CE e Delegados
	Seleção local e data				
	Divulgação	Mural/Rádio/Jornal/Site/Folder			
	Disponibilização recursos	Micro, Data Show e Foto.		Equipe Técnica da FUNEC	
	Montagem apresentação			Equipe Técnica da FUNEC	
	Validação apresentação				
	Apresentação	Power Point			
	Registro reunião	Fotos			
	Registro presença	Lista de Presença			
	Relatório Prognóstico em consulta	Site prefeitura e administração	5 dias após	Administração Municipal	

Fonte: FUNEC (2015)

5.6 Fluxograma Geral do PCMS

Apresenta-se a seguir o fluxograma de ações proposto para envolvimento da sociedade local, entidades representativas, autoridades e a empresa contratada consultoria (Figura 03).

Figura 03 - Fluxograma do PCMS proposto para envolvimento da sociedade local - Produto 2 da Etapa 1 do PMSB



Fonte: FUNEC (2015)

ANEXOS

Anexo 01: Decreto Nº 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
CNPJ: 18.338.855/0001-92 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO N.º 394, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Certifico que este documento foi afixado no quadro de aviso no prédio da Prefeitura Municipal de Tarumirim no período de 30/04 à 01/05/2015
Assinatura do Responsável

CRIA O COMITÊ EXECUTIVO QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO E DO RESPECTIVO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE TARUMIRIM**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições estabelecidas na Constituição Federal, Constituição do Estado Minas Gerais e Lei Orgânica Municipal, resolve

CONSIDERANDO a competência do Município de Tarumirim para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO ainda a responsabilidade do Poder Municipal em formular a Política Pública de Saneamento e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010;

DECRETAR:

Art. 1º Fica criado o Comitê Executivo que dispõe sobre o processo de elaboração da política pública de saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Tarumirim/MG.

Art. 2º O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com a função de legitimar o Plano de Trabalho.

§ 1º O Comitê Executivo deverá reunir-se para acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

§ 2º O Plano de Trabalho definirá o processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, com a definição do escopo, dos objetivos, do processo construtivo e do cronograma de execução das atividades.

Art. 3º Os órgãos, instituições e secretarias municipais, que atuam na área de saneamento básico, formarão o Comitê Executivo, tendo, respectivamente, dois representantes, sendo um titular e um suplente indicado posteriormente.

Parágrafo único. No assessoramento ao Comitê Executivo, e conforme as necessidades locais, far-se-á presente a consultoria contratada através do processo licitatório.

Dalva Maria de Oliveira
Prefeita Municipal de Tarumirim

RUA PLAUTINO SOARES, 100 - CENTRO - TARUMIRIM - MG
CEP: 35.140-000 - TELE-FAX: (33) 3233-1345
E-mail: prefeitura@tarumirim.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
CNPJ: 18.338.855/0001-92 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º O Processo de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá contemplar as ações para os seguintes produtos:

I – Plano de Trabalho;
II – Plano de Comunicação e Mobilização Social;
III – Relatório do Diagnóstico Técnico-Participativo;
IV – Relatório do Prognóstico Técnico-Participativo;
V – Programas, Projetos e Ações;
VI – Plano de Investimentos dos programas, projetos e ações dos produtos;
VII – Sistema de informação de Saneamento Básico;
VIII – Relatório Final.

Art. 5º O Plano de Trabalho e o Plano de Comunicação e Mobilização Social devem definir a metodologia e os instrumentos que garantam à sociedade informações e participação no processo de formulação do Plano contemplando os mecanismos de comunicação, os canais para recebimento de críticas e sugestões, a previsão de debates e audiências públicas abertas à população.

Art. 6º A Política Municipal de Saneamento e o Plano Municipal de Saneamento Básico deverão ser consolidados através de ato administrativo próprio.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se as disposições em contrário.

Tarumirim/MG, 30 de abril de 2015.

Dalva Maria de Oliveira
Prefeita Municipal de Tarumirim

DALVA MARIA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

RUA PLAUTINO SOARES, 100 - CENTRO - TARUMIRIM - MG
CEP: 35.140-000 - TELE-FAX: (33) 3233-1345
E-mail: prefeitura@tarumirim.mg.gov.br

Fonte: Prefeitura Municipal de Tarumirim (2015)

Anexo 02: Portaria Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
CNPJ: 18.338.855/0001-92 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO N.º 395, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Certifico que este documento foi afixado no quadro de aviso no predio da Prefeitura Municipal de Tarumirim, no período de 30/04 à ____ de 2015
Assinatura do Responsável

CRIAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TARUMIRIM/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE TARUMIRIM**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições estabelecidas na Constituição Federal, Constituição do Estado Minas Gerais e Lei Orgânica Municipal, resolve

CONSIDERANDO a competência do Município de Tarumirim para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO ainda a responsabilidade do Poder Municipal em formular a Política Pública de Saneamento e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, com amparo nos termos da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010;

DECRETAR:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico no Município de Tarumirim/MG.

Art. 2º O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada e responsável por discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo.

Art. 3º Cabe ainda ao Comitê de Coordenação propor e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, reunindo-se conforme necessário.

Art. 4º O Comitê de Coordenação terá a participação do poder público e sociedade civil, representado por dois membros de cada instituição, titular e suplente, a serem indicados posteriormente, com a seguinte composição do:

a) Comitê da Bacia Hidrográfica de Caratinga;
b) Ministério Público;
c) Polícia Militar;
d) Secretário Municipal de Obras;
e) COPASA;
f) EMATER;
g) CDL;
h) CONSEP;
i) Maçonária;
j) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
k) Sindicato dos Produtores Rurais.

Dalva M. de Oliveira
Prefeita Municipal

RUA PLAUTINO SOARES, 100 - CENTRO - TARUMIRIM - MG
CEP: 35.140-000 - TELE-FAX: (33) 3233-1345
E-mail: prefeitura@tarumirim.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
CNPJ: 18.338.855/0001-92 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º O Secretário Municipal de Meio Ambiente exercerá a função de secretário executivo do Comitê de Coordenação.

§ 2º O Comitê de Coordenação reunir-se-á para acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Tarumirim/MG, 30 de abril de 2015.

Dalva Maria de Oliveira
Prefeita Municipal de Tarumirim

DALVA MARIA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

RUA PLAUTINO SOARES, 100 - CENTRO - TARUMIRIM - MG
CEP: 35.140-000 - TELE-FAX: (33) 3233-1345
E-mail: prefeitura@tarumirim.mg.gov.br

Fonte: Prefeitura Municipal de Tarumirim (2015)

Anexo 03 – 1º Reunião Pública

DATA: 16 de abril de 2015.

LOCAL: Auditório da Unidade II, Avenida Niterói, s.n., Caratinga, MG.

HORÁRIO: 14:00h.

ASSUNTO: Consolidação do PLANO DE TRABALHO (Produto 1, conforme Termo de Referência) com o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, em todas as etapas previstas, incluindo, entrega dos relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro, agenda das reuniões previstas com formação do comitê de coordenação e comitê executivo do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

PAUTA:

1. **Abertura da reunião.**
2. **Apresentação do Instituto Bioatlântica.**
3. **Apresentação da equipe técnica da Fundação Educacional de Caratinga.**
4. **Apresentação e discussão do plano de trabalho de cada município e coleta de informações com os gestores municipais.**

MEMORIAL DA REUNIÃO:

1. Abertura da reunião

a) A reunião se iniciou com as falas de Wilson Acácio e Nádia Oliveira Rocha, vice-presidente e presidente, respectivamente, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga. Ambos relataram a importância e obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, as funções de cada agente envolvido no processo (Comitês de Bacia Hidrográfica, Instituto BioAtlântica, Fundação Educacional de Caratinga e prefeituras) e apresentaram os representantes das gerências da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Ipatinga e Governador Valadares, que foram convidados como colaboradores do processo.

b) Informaram sobre a origem dos recursos utilizados para angariar a elaboração dos planos e agradeceram a presença dos gestores municipais na reunião, expondo a frustração pela ausência de oito dos vinte e três prefeitos convidados. Apresentaram então o diretor técnico do Instituto BioAtlântica, Edson Azevedo.

2. Apresentação do Instituto BioAtlântica

a) Edson Azevedo discorreu sobre a ausência dos gestores municipais na reunião, expondo seu papel para a história e desenvolvimento dos municípios. Explicou que os planos não devem ficar só na elaboração, dizendo aos representantes de cada município a importância da elaboração de projetos e busca de recursos, guiada a partir dos produtos do plano.

b) Posteriormente expôs a estrutura do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e suas sub-bacias bem como suas funções, evidenciando a Fundação Educacional de Caratinga como a empresa especializada responsável pela elaboração dos planos e ressaltando que o Instituto BioAtlântica acompanhará e fiscalizará todo o processo.

c) Explicou peculiaridades dos planos, como seu horizonte, produtos, e os métodos que serão adotados para elaboração, as dificuldades para atrair os gestores municipais no engajamento para adesão aos planos, e que o apoio do Instituto BioAtlântica é importante devido à falta de recursos técnicos no município.

d) Esclareceu as dificuldades e oportunidades proporcionadas pelos planos, além dos produtos, suas formas de avaliação e os valores investidos por município. Informou sobre os níveis (de 1 a 6) de elaboração, determinados de acordo com o grau de participação da população e que o objetivo do Instituto BioAtlântica é um plano onde a comunidade controla o processo, diagnosticando a situação e determinando os objetivos (nível 6).

e) Finalizou sua fala agradecendo a atenção e reafirmando o compromisso do Instituto BioAtlântica no acompanhamento da elaboração dos planos.

3. Apresentação da equipe técnica da Fundação Educacional de Caratinga

a) A Fundação Educacional de Caratinga foi apresentada pelo Prof. Leopoldo C. Loreto Charmelo, coordenador geral da equipe técnica. Em seguida, cada um dos demais profissionais da equipe se apresentou:

- Maria das Dores (pilar Socioeconomia).
- Alessandro Saraiva Loreto (pilar Drenagem).
- Frederico Rudolf (pilares Água e esgoto).
- Anderson Meira (sistema de informações municipais de saneamento básico).
- Ennio Lucca (assessor jurídico).
- Marcos Magalhães (pilar Resíduos sólidos).
- Kleber Rodrigues (auxiliar dos trabalhos de campo e do pilar Drenagem).
- Adriano Ferreira (engenheiro coordenador de campo).
- Rodrigo Batalha (engenheiro de campo).
- Breno (especialista em geoprocessamento).
- Vinicius Pedrosa (engenheiro de campo).
- Ramon Tavares (engenheiro de campo).
- Nério Campos Filho (responsável pela logística).
- Eber Proti (engenheiro de campo).
- Bruno Rezende (engenheiro de escritório).
- Alex Pereira (engenheiro coordenador de campo).

b) Ao fim da apresentação da equipe técnica, o Prof. Leopoldo C. Loreto Charmelo pediu que os estagiários ficassem de pé, apresentando-os aos presentes na reunião.

c) Agradeceu a presença dos prefeitos, explicando que em seguida os planos de trabalho seriam entregues e discutidos com os representantes de cada município.

4. Apresentação e discussão do Produto 1 de cada município e coleta de informações com os gestores municipais

a) Nesta etapa, os representantes de cada município receberam os planos de trabalho respectivos, bem como instruções sobre os mesmos, assinando os ofícios de entrega do Produto 1.

b) As equipes técnica e de estagiários subsidiaram a análise dos planos de trabalho, explicando-os e tirando as dúvidas que surgiram. Durante as conversas foram obtidas informações que servirão de embasamento para a elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social assim como avaliadas as percepções dos gestores sobre os Planos de Saneamento Básico.

c) Discutidos todos os assuntos, a reunião foi encerrada.

Registro Fotográfico

Figura 1: Abertura da Reunião com a fala do Senhor Wilson Acácio, vice presidente do CBH Caratinga

Figura 2: Apresentação do diretor técnico do IBIO, Edson Azevedo, sobre os PMSBs.

Figura 3: Apresentação da equipe técnica da FUNEC, pelo Professor Leopoldo Loreto

Figura 4: Apresentação e discussão do Produto 1 (Plano de Trabalho) com os representantes dos municípios do CBH Caratinga

Lista de Presença da 1ª Reunião

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga

1ª REUNIÃO

Fase I: Planejamento do Processo

Objetivos: Consolidação do PLANO DE TRABALHO (Produto 1, de acordo TDR) com o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, em todas as etapas previstas, incluindo, entrega dos relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro e agenda das reuniões previstas com formação do comitê de coordenação e comitê executivo do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Data: 16 de abril de 2015 (Quinta feira);

Local: Auditório da Unidade II. Avenida Niterói, s.n.

Nº	Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
1	[illegible]	IPLANUS	31.3892 9994	
2	José Carlos Pires	PREFEITO	33 - 3231 1515	ITANHOMI
3	Francisco de Melo	Sec. Meio Ambiente	8891 8200	ITANHOMI
4	Helton da Silva Franco Júnior	PREF. IAPU	33 8848-2576	
5	Caio Cesar Rezende Oliveira Melo	PREF. IAPU	33 88269690	
6	Adalberto Moreira de Souza	PREF. IAPU	33 87491162	
7	Nathalia Guimarães	Tecisan	33 84030877	
8	Erilem Reis de Carvalho	PREFEITO IMBÉ	033 88439223	
9	José geraldo Mendes da Silva	PREFEITURA	33 88968699	
10	Hudson Dias Mendes Junior	Pref. Sobrália	33 8867-4423	
11	Murilo Alves Tavares	Pref. Tarumirim	84500827	
12	Rubens Pereira de Oliveira	Prefeitura	8403.3492	
13	Geraldo Sergio Braga	EMATER-MG	8880.2417	
14	Agenor Augusto de Assis	Sec. Agricultura	33 8880-3284	
15	Thiago Alves de Oliveira	CAP. ANDRADE	(33) 88316398	
16	CESAR R. FERNANDES	CAP. ANDRADE	(33) 88323422	
17	VALTER F. ANDRADE	CONS.º PENA	(33) 9111 5319	
18	Lucas Barreto	ESTAGIÁRIO	(33) 9436 7609	
19	Ramon Tavares de Oliveira	Resp. Obras	(33) 8877-7068	
20	ALEBER ALTMON LOURENÇO	UNEC	8880-5107	
21	Vinicius Gonçalves Pereira	FUNEC	9124 0712	
22	[illegible]	FUNEC		
23	[illegible]	FUNEC	[illegible]	
24	[illegible]	FUNEC	33 88077765	
25	Felipe Jarmário Ferreira Silveira	FUNEC	(33) 8886 8797	
26	Jeaidre Medeiros de Sousa	FUNEC	(33) 9929-2341	
27	Priscila Sousa Santos	FUNEC	(33) 88160326	
28	Adriana Ferreira Martins	FUNEC	(33) 8805-7618	

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga

(Continuação)

1ª REUNIÃO

Fase I: Planejamento do Processo

Objetivos: Consolidação do PLANO DE TRABALHO (Produto 1, de acordo TDR) com o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, em todas as etapas previstas, incluindo, entrega dos relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro e agenda das reuniões previstas com formação do comitê de coordenação e comitê executivo do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Data: 16 de abril de 2015 (Quinta feira);

Local: Auditório da Unidade II. Avenida Niterói, s.n.

Nº	Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
29	José Raimundo Cerqueira	PMSTMARITA	033 88603390	
30	Cavrício Marcio de Souza	Pm. Piedade de Ipanema	(33)99939611	Cavrício Marcio de Souza
31	Geraldo Marques de Souza Junior	P.M. S. Domingos das Dores	33 3315.8997	
32	Geraldo Lúcio de Souza	PMS-Domingos das Dores	32 33158000	
33	Maria de Nazaré Filha	P.M. Caratinga	33-333328050	
34	Maria das Graças Santos	P.M. Caratinga	33 98829273	
35	MARCO ANTONIO FERRAZ GUIMARÃES	P. de Caratinga	35298002	
36	Daniela Andrade Lindoso	PM Caratinga	33296620	
37	MARCELO AUGUSTO BONDARLLO	SEMAD-NRRA	3321-6061	
38	JEFFERSON VIEIRA CRUZ	ABES	(33) 99356274	
39	Raquel Queiroz Alves	P.M. Caratinga	(33)99777577	
40	ALVARO TAPIAS CHINCHILLA	P.M. CARATINGA	(22) 91025332	
41	Bruno da Costa Paula	PM Caratinga	(33) 9801-9566	
42	Pablo Gonçalves Bragança	PM Ctga - JEA	(33) 9198-9798	
43	Jane Glaicle Lessa Pinto	Ubaporanga/CBH	(33) 8834-7169	
44	MANNASSESES ALCEBIADES Pereira	UBAPORANGA	33840252 83	
45	Roberto Rodrigues Campos	V. ALEGRE-CNE	33241000	
46	Fabrício Antonio de Freitas	V. Alegre	33241072	
47	EDSON DE OLIVEIRA AZEVEDO	IBIO AGB	33 84263678	
48	Marcos Alves de Magalhães	FUNEC	(31) 8765-1854	
49	Rodrigo B. Falla Carvalho	FUNEC	(33) 8873-7540	
50	Rodrigo A. Medeiros	FUNEC	(33)8882-5680	
51	Amanda Malta de Araújo	FUNEC	(33)84095513	
52	Leticia Vaz Graciano Ferreira	FUNEC	(33)88139528	
53	Luiz Henrique Souza Almeida	FUNEC	(33) 99229231	
54	Enrico Lopes S. Oliveira	FUNEC	33. 88509009	
55	Alves Alves Vieira	FUNEC	33 88995014	
56	Caio Cesar Abreu Dias	FUNEC	(33) 87227874	Caio Cesar Abreu Dias

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga

(Continuação)

1ª REUNIÃO

Fase I: Planejamento do Processo

Objetivos: Consolidação do PLANO DE TRABALHO (Produto 1, de acordo TDR) com o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, em todas as etapas previstas, incluindo, entrega dos relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro e agenda das reuniões previstas com formação do comitê de coordenação e comitê executivo do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Data: 16 de abril de 2015 (Quinta feira);

Local: Auditório da Unidade II. Avenida Niterói, s.n.

Nº	Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
57	Adriano Pimenta Diogo	SEC. M. AMBIENTE	(33)88705120	
58	Maurea Figueiredo Dias	UNEC	(33)88931950	
59	José Augusto de Souza	Sind. Trab. Rural	(33)88596100	
60	Miguel Andrade Ramos	Emater MG	(33)33572901	
61	Rubens Ferreira de Oliveira	P. Ipanema	8403-3490	
62	Marcus Vinícius da Silva	UNEC	(33)3315-2763	
63	Fancielly Santos de Oliveira	UNEC	(38)91811380	
64	Bruno Moraes Mendes	UNEC	(33)99595930	
65	Geani Lopes Ferreira	UNEC	(33)8407-6031	
66	Bruno Augusto de Resende	FUNEC	(33)5709748	
67	Leopoldo Loreto Chaves	FUNEC/UNEC	33 88749423	
68	Maria das Dores S. de Loreto	UFV	31 38992425	
69	Frederico Nunes Wolf Gomes	FUNEC	31 84636015	
70	Aquiano Ferreira Batista	FUNEC	33 84180931	
71	Guy Henrique Teixeira	FUNEC	33 9937-0909	
72	Gleodson Cézar dos S. Teixeira	FUNEC	33 9989-2968	
73	João Alves	SOLEAL	98830517	
74	Alessandro Santos Lozeto	FUNEC	9982-9620	
75	Eder Poder	FUNEC	9858 8127	
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				

Apresentação de Slides

Atividades Previstas na Etapa 2
2º Seminário Unificado

- **Público Alvo:** Aberta ao público de cada setor de mobilização
- **Objetivos:**
1. Levantamento das percepções sociais sobre o setor de saneamento em seus 4 Pilares;
2. Escolha dos delegados dos diferentes setores de mobilização social.

Atividades Previstas na Etapa 3
2ª Oficina de Trabalho - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços

- **Público-Alvo:** Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Delegados.
- **Objetivos:**
1. Definição dos objetivos e metas de curto (até 4 anos), médio(de 4 a 10 anos) e longo prazo (entre 10 e 20 anos);
2. Consolidação de informações.

Atividades Previstas na Etapa 2
1ª Oficina de Trabalho

- **Público Alvo:** Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Delegados.
- **Objetivos:**
1. Apresentação do Relatório Final do Diagnóstico Técnico-Participativo.

Atividades Previstas na Etapa 3
4º Seminário Unificado - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços

- **Público-Alvo:** Aberta ao público de cada Setor de Mobilização.
- **Objetivos:**
1. Apresentação do prognóstico estratégico compatível com as aspirações sociais contemplando objetivos e metas para o setor de saneamento em seus 4 Pilares (Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais)

Etapa 3 - Prognóstico e Alternativas para a Universalização dos Serviços
Produtos Associados

- Produto 4 - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços
- Produto 5 - Programas, Projetos e Ações (Indicações Fomento)
- Produto 6 - Plano de Investimentos dos Programas, Projetos e Ações (Indicações Fomento)
- Produto 7 - Sistema de Informação de Saneamento Básico (SIM-SB, Espacialização das informações com os indicadores de acompanhamento)

Atividades Previstas na Etapa 3
3ª Oficina de Trabalho - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços (Programas)

- **Público-Alvo:** Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Delegados.
- **Objetivos:**
1. Detalhamento das medidas a serem tomadas por meio da estruturação de programas, projetos e ações para cada pilar do saneamento;
2. Hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção considerados prioritários em 4 anos;
3. Identificação de eventuais ações emergenciais (ex. Nova captação de Água, Rompimento de Rede coletora de Esgoto, Interrupção de serviços de Coleta de resíduos Sólidos Urbanos e Enchentes e/ou aproveitamento de Água pluvial) e
4. Consolidação de Informações.

Atividades Previstas na Etapa 3
3º Seminário Unificado - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços

- **Público-Alvo:** Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Delegados.
- **Objetivos:**
1. Nivelamento de conhecimentos.

Atividades Previstas na Etapa 3
4ª Oficina de Trabalho - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços (Investimento)

- **Público-Alvo:** Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Setores da Administração Municipal.
- **Objetivos:**
1. Apresentação e discussão do Plano de Investimentos; e
2. Consolidação de Informações.

Atividades Previstas na Etapa 3
2ª Reunião Pública (SIM-SB/ Produto 7)
Público-Alvo: Representantes ligados ao setor de Tecnologia da Informação do município.
Objetivos:
1. Discussão sobre o Sistema de informações de saneamento básico com a seleção dos indicadores para monitoramento do PMSB;

Etapa 4 - Consulta Pública
Produtos Associados
Não tem Produto associado a esta Etapa

Atividades Previstas na Etapa 3
5ª Oficina de Trabalho - Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços (SIM-SB)
Público-Alvo: Membros do Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Delegados.
Objetivos:
1. Discussão sobre o Sistema de informações de saneamento básico com a seleção dos indicadores para monitoramento do PMSB; e
2. Consolidação de Informações.

Atividades Previstas na Etapa 4
Consulta Pública
Público-Alvo: Aberta ao público.
Objetivos:
1. Realização de uma Audiência Pública; e
2. Discussão do Relatório Final e Minuta de Lei do PMSB.

Etapa 5 - Aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico
Produtos Associados
Produto 8 - Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico e sugestão da Minuta da Lei

Anexo 04: Modelo de cadastro para os delegados

PMSB
Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga
MUNICÍPIO – TARUMIRIM

MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMSB TARUMIRIM

Data:___/____/2015.
Local: _____
Horário:___:___

	Nome:
	Endereço:
	Telefone:
	E-mail:
	RG ou CPF:
	Entidade ou Setor:
	Assinatura:

	Nome:
	Endereço:
	Telefone:
	E-mail:
	RG ou CPF:
	Entidade ou Setor:
	Assinatura:

	Nome:
	Endereço:
	Telefone:
	E-mail:
	RG ou CPF:
	Entidade ou Setor:
	Assinatura:

	Nome:
	Endereço:
	Telefone:
	E-mail:
	RG ou CPF:
	Entidade ou Setor:
	Assinatura:

Fonte: FUNEC (2015)

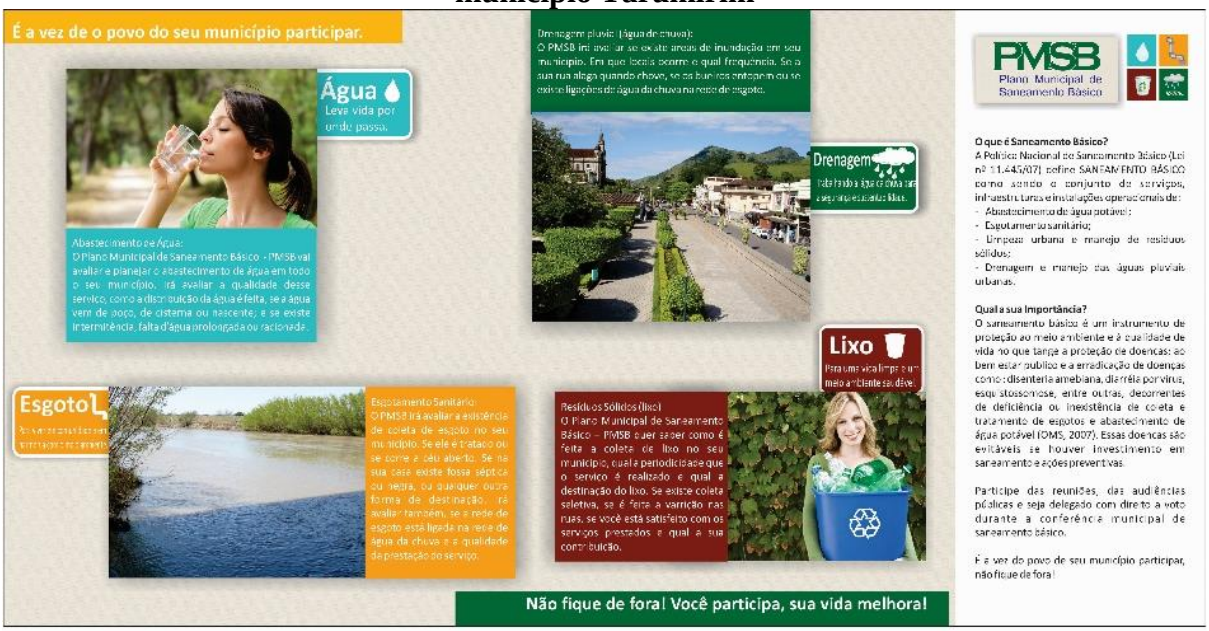
Anexo 05: Modelo de Banner para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 06: Modelo de Cartaz para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 07: Modelo de Folder para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município Tarumirim



Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 08: Modelo de Faixa para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município Tarumirim

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 09: Modelo de Crachá para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 10: Modelo de Convite para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 11: Modelo de Lista de Presença para os encontros

Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga
MUNICÍPIO – TARUMIRIM

Descrição do Encontro

Objetivos:_____
Data:___/___/2015
Horário:___:___
Local:_____

N°	Nome	Instituição	Telefone	Email	Assinatura
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 12: Modelo de Ofício

PMSB
Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios do CBH Caratinga
MUNICÍPIO – TARUMIRIM

Of. Nº _____

Tarumirim, ___ de _____de 2015.

Assunto: Convite para a 1ª Audiência Pública do PMSB de Tarumirim.

Senhor xxxxxxxxxx

A Prefeitura Municipal de Tarumirim está elaborando o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com o intuito de melhorar o planejamento no setor de saneamento do Município e para que isso ocorra, é essencial a participação de toda a população.

Certos de que podemos contar com a sua presença, vimos através deste convidá-lo(a) a participar da 1ª Audiência Pública do PMSB, que será realizada (data) às (horário), (local), (endereço), com a finalidade de apresentar o diagnóstico do PMSB de Tarumirim.

Ao ensejo, destacamos que sua participação é muito valiosa para a realização do Plano e aproveitamos para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

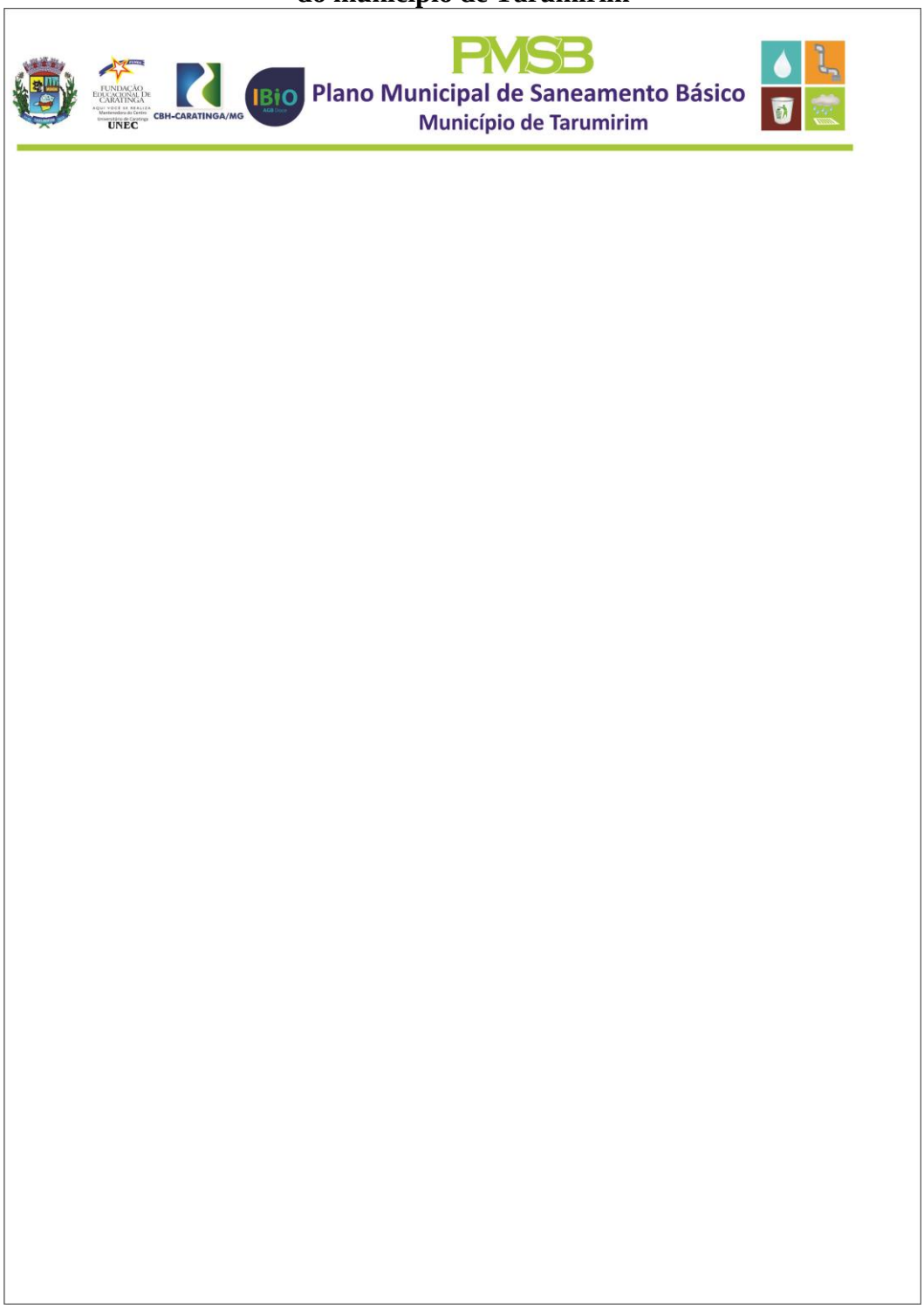
Atenciosamente,

Dalva Maria de Oliveira

Prefeita Municipal

Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 13: Modelo de Papel Timbrado para divulgação das reuniões setoriais do PMSB do município de Tarumirim



Fonte: FUNEC (2015)

Anexo 14: Modelo de Decreto de Regulamentação da Audiência Pública

DECRETO Nº _____/2015

Estabelece o regulamento para a realização da Audiência Pública prevista nos artigos 19, § 5º e 51 da Lei Federal nº 11.445/2007.

O (a) _____, PREFEITO (a) MUNICIPAL DE _____/___, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Tarumirim;

DECRETA:

Art. 1º A Audiência Pública realizar-se-á no dia ____ do mês de _____ de 2015, às ____h____min, no (Local), situado na (Endereço), com a finalidade de dar oportunidade à população do município para apresentar suas demandas para ciência e consideração das mesmas na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), configurando-se etapa obrigatória e fundamental para legitimação de políticas públicas do setor, visando à universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações nas modalidades de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º A Audiência Pública terá o objetivo específico de receber sugestões e recomendações sobre o objeto deste decreto, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do PMSB.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Art. 3º. A audiência terá início impreterivelmente às ____ horas, com qualquer número de presentes.

Parágrafo único. O encerramento da sessão acontecerá no máximo às _____ horas.

Art. 4º. O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I. Nome legível, endereço, endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

II. Número do documento de identificação;

III. A entidade pública ou privada a que pertence; e,

IV. Assinatura.

Art. 5º. A Audiência será conduzida pelo Presidente, nos termos deste decreto, com o apoio da (definir entidade ou órgão, se couber).

Parágrafo Único. O presidente da Audiência Pública será o(a) Prefeito(a) Municipal ou quem dele(a) receber delegação para tal tarefa através de Portaria.

Art. 6º São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I. Designar os membros para composição da mesa;

II. Designar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III. Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV. Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V. Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI. Alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

Art. 7º O(A) Presidente da sessão indicará um moderador para lhe auxiliar na condução e organização da audiência, sendo atribuições do moderador, com auxílio dos Secretários designados:

I. Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II. Controlar o tempo das intervenções orais;

III. Registrar o conteúdo das intervenções;

IV. Sistematizar as informações;

V. Elaborar a ata da Sessão;

VI. A guarda da documentação produzida na audiência.

Art. 8º Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã residente no município de Tarumirim, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão, desde que devidamente inscrito para o evento, nos termos deste decreto.

Art. 9º São direitos dos participantes:

I. Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste decreto;

II. Apresentar sugestões no âmbito da Audiência Pública;

Art. 10º São deveres dos participantes:

I. Respeitar o roteiro da Audiência Pública;

II. Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III. Tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 11º É condição para a participação com dúvidas e sugestões, a prévia inscrição.

Parágrafo único - A ordem de inscrição determinará a sequência dos participantes.

Art. 12º A inscrição poderá ser realizada previamente, por escrito, via ficha de inscrição disponibilizada no momento do credenciamento da Audiência Pública ou após a abertura da sessão.

Parágrafo único - Somente será aceita a ficha entregue num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término da apresentação do PMSB.

Art. 13º A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I. Credenciamento com assinatura da lista de presença;

II. Abertura da Audiência Pública pelo representante da Prefeitura Municipal de Tarumirim, com composição da mesa e apresentação das instituições presentes e dos integrantes do Comitê Executivo e de Coordenação do PMSB;

III. Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;

IV. Apresentação do PMSB pela empresa contratada;

V. Manifestações dos inscritos para apresentação de sugestão e recomendações;

VI. Respostas às sugestões e recomendações;

VII. Encerramento com a leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 14º O tempo máximo de apresentação do PMSB pela empresa contratada, determinado no inciso IV, do Art. 13º será 40 (quarenta) minutos.

Parágrafo único. Não será permitido nenhum tipo de intervenção durante a apresentação do PMSB.

Art. 15º Será concedido aos participantes espontâneos o tempo máximo de 03 (três) minutos, para a exposição determinada no inciso V, do Art. 13º, observada a ordem de inscrição para manifestação.

Parágrafo único. Será permitida 01 (uma) intervenção oral de 01 (um) minuto durante manifestação destes participantes, desde que autorizadas pelo detentor da palavra.

Art. 16º Os técnicos do município, das Concessionárias e das demais instituições convidadas terão 5 (cinco) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes, desde que autorizadas pelo Presidente da sessão.

Art. 17º O participante terá direito a réplica, com o tempo de 02 (dois) minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto.

Parágrafo único - Caberá à empresa contratada o direito de resposta "a posteriori" por escrito.

Art. 18º. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

Art. 19º Concluídas as exposições e as intervenções, será encerrada a ata da Audiência Pública, devendo ser pelo Presidente da sessão e componentes da mesa, posteriormente publicada na página eletrônica ou imprensa local do município.

Art. 20º. As opiniões, sugestões ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo, destinando-se à motivação do Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face da sessão realizada.

Art. 21º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PODER EXECUTIVO

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TARUMIRIM

Tarumirim, ____ de _____ de 2015.

(_____ASSINATURA_____)

(Dalva Maria de Oliveira)

Prefeita Municipal de Tarumirim

Fonte: Elaborado pelo IBIO (2015)

Anexo 15: Modelo de Edital de Convocação para Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE TARUMIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM

AVISO DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ /2015

A Prefeitura Municipal de Tarumirim em consonância com o decreto nº _____/2015 avisa ao público em geral, bem como as entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas, de todas as naturezas e razões sociais, bem como quaisquer pessoas interessadas que no dia ____ do mês de _____ de 2015, às ____h____min, no (Local), situado na (Endereço), neste município, promoverá Audiência Pública com a finalidade de colher sugestões e recomendações para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Tarumirim, conforme a Lei n° 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

A Audiência Pública obedecerá, em resumo, o seguinte roteiro:

__h__min - Credenciamento com assinatura da lista de presença;

__h__min - Abertura da Audiência Pública;

__h__min - Apresentação do PMSB pela empresa contratada;

__h__min - Abertura para participação social, mediante ficha de inscrição, com respostas às sugestões e recomendações;

__h__min - Encerramento com aprovação do PMSB;

A regulamentação da Audiência Pública encontra-se disposta no decreto nº _____/2015.

Tarumirim, ____ de _____ de 2015.

(ASSINATURA)

(Dalva Maria de Oliveira)

Prefeito(a) Municipal de Tarumirim

Fonte: Elaborado pelo IBIO (2015)

Anexo 16: Modelo de Portaria da Audiência Pública

PORTARIA Nº _____/2015

O (A) Exmo. (a) Sr. (a) Dalva Maria de Oliveira, Prefeito (a) Municipal de Tarumirim, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº _____, de _____/ _____/_____,

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR a (Nome da pessoa), na condição de (Cargo ou Função), atribuição para presidir a Audiência Pública para o Plano Municipal de Saneamento Básico, coordenando os trabalhos no dia ____ do mês de _____ de 2015, às ____h____min, no (Local), situado na (Endereço).

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se e publique-se.

Tarumirim, ____ de _____ de 2015.

(_____ASSINATURA_____)

(Dalva Maria de Oliveira)

Prefeito(a) Municipal de Tarumirim

Fonte: Elaborado pelo IBIO (2015)